



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 29 DE DEZEMBRO DE 2021

Ata n.º 04

Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de vinte e um de Dezembro, sendo a Mesa Composta por:---

Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----

Primeira Secretária: Cláudia Sofia Pais Raimundo; -----

Segundo Secretário: José Vila-Nova;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Apreciação e deliberação da ata de 15-11-2021;-----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da Taxa de lançamento de Derrama para o ano 2022 em 0% para todos os sujeitos passivos;-----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2021 em 0.3% para prédios urbanos; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, conforme alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, das Grandes Opções do Plano 2022-2026;-----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, conforme as alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, do Orçamento e Plano Plurianual 2022-2026, incluindo o Mapa de Pessoal, Plano de Recrutamento e o Quadro Plurianual de Programação Orçamental; ----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Prestação de Serviços de Recolha, Transporte de Resíduos Urbanos, Limpeza Urbana, e Serviços Auxiliares no Município de Albufeira (Janeiro e Fevereiro)", com o preço base de 811.500,00€ + IVA; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Prestação de Serviços de Transportes Urbanos de Albufeira - Serviço Giro - Linhas Verde, Azul, Vermelha, Vermelha 2 e Laranja", com o preço base de 1.103.098,50€ + IVA; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Proposta para "Apoio Financeiro à Comunidade Terapêutica



"Horta Nova" - Caritas Diocesana de Beja", para custear o internamento de um município de Albufeira; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana, em vários locais, equipamentos e eventos do município de Albufeira", com o preço base de 1.275.002,00€ + IVA; -----

PRESENCAS: Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Raúl Manuel Soares Ferreira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Helena Maria Palhota Dias Simões, Domingos Manuel Martins Coelho, Carlos Emanuel Rafael Vieira, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva, Leonardo Manuel Teixeira do Paço, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Cláudia Sofia Pais Raimundo, André Jorge Pardal Milheiro Lima, José Manuel Guerreiro Vila-Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Paderne - João Ruaça e os Secretários da Junta de Freguesia de Ferreiras - José Estevão e da Guia - José Cabanita. -----

Faltas: Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia da Guia. -----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, José Estevão e José Cabanita.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Cristiano José da Ponte Cabrita, Desidério Jorge da Silva, Victor de Oliveira Ferraz, Cláudia Cristina Dias Guedelha e António Abel Zua Coelho. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.-----

Francisco Oliveira: "Antes da intervenção do público eu gostaria de fazer uma pequena informação que, decidimos e é também hábito e tradição, levarmos a Assembleia Municipal às várias freguesias deste concelho, e portanto logo que os números da pandemia baixem e tivermos uma situação regular iremos levar efetivamente as



Assembleias Municipais às várias freguesias. Era essa a referência que gostaria de fazer e deixar aqui essa informação." -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Paulo Aqualusa: "Muito boa noite a todos, cumprimento todos os presentes nesta sala, bem como os que nos ouvem e vêm lá em casa. Sr. Presidente tenho a certeza que entende que sendo a Assembleia Municipal um órgão fiscalizador sem meios próprios, que deve facultar à mesma os meios necessários à realização da sua função. Faço esta minha afirmação, porque estive presente na Assembleia Municipal anterior e a ata da Assembleia que a precedeu não esteve disponível nesta data, não foi lida nem facultada conforme previsto no ponto dois do artigo trinta e oito do regimento desta Assembleia. As atas são instrumento fundamental que consubstanciam a própria Assembleia e as deliberações nelas tomadas, neste sentido proponho que, para defesa do próprio executivo e dos deputados municipais não se digne nova Assembleia, sem que esteja disponível a ata da Assembleia anterior, numa altura que se está a rever e alterar o regimento desta Assembleia, proponho que esta alteração seja incluída nessa revisão. Como diz o deputado Domingos Coelho e muito bem, os deputados estão aqui eleitos porque os munícipes votaram neles e constituem uma Assembleia representativa dos mesmos. Eles como elementos deverão recolher propostas da sociedade Civil, que valorizem e reforcem o rigor e a celeridade das decisões aqui tomadas. Saliento também as palavras do deputado Raúl Ferreira, que mencionou que o facto de algo ser sempre feito de uma determinada maneira, não significa que essa seja a melhor maneira e acrescento eu, há sempre um processo de melhoria continua que devemos implementar. Gostaria também de felicitar algumas intervenções ocorridas nas duas últimas Assembleias, nomeadamente a deputada Mónica Félix, o deputado Carlos Quintino, o deputado Raúl Ferreira, entre outros e não tendo tempo para abordar todas elas, destaco aqui a intervenção da deputada Inês Mendonça, quando refere que os apoios ao associativismo devem ser vertidos na existência de regulamentos com regras, controle e fiscalização. Não podia estar mais de acordo consigo e gostaria apenas de acrescentar que as regras deviam de ser objetivas e numéricas e vertidas numa equação com variáveis e quocientes valorativos e desvalorativos que potenciem o rigor e isenção na atribuição desses subsídios. Gostaria também de acrescentar que existem em Albufeira inúmeras associações com papel muito relevante na sociedade e que devem e são apoiadas logística e financeiramente.



Existem também outras associações que por não terem nem apoio logístico nem financeiros enfrentam um desafio suplementar para apoiarem a comunidade tendo ser constituídas por capital humano com enorme capacidade e competência. Gostaria por isso de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara de Albufeira, qual foi a sequência que teve a comissão de análise ao regulamento de apoio ao associativismo do Município de Albufeira constituído em seis de novembro de dois mil e três? Obrigada a todos e votos de um bom trabalho".-----

Rute Cirne: "Boa noite a todos, aos presentes e aos que estão via online, eu estive nesta Assembleia no dia vinte e quatro de junho, foi-me uma casa entregue pela autarquia no dia quinze de Março, comecei a habitar a casa no dia vinte e sete de Março e em Maio eu tinha os quartos completamente cheios de bolor. Vários e-mails sem resposta, depois fizeram três, quatro, cinco visitas, pessoas diferentes, todos chegaram à conclusão que naquele apartamento teria que ser feito um isolamento e que acharam tudo normal, aquele bolor a altas temperaturas, acharam tudo normal eu vim aqui à Assembleia, uma semana depois o engenheiro Natércio foi novamente à minha casa e deu ordem para pintar os dois quartos que estavam com humidade, o senhor, o funcionário da Câmara foi pintar esses quartos, disse-me para eu me preparar para o inverno. Porque o que estava ali a pintar só estava apenas remediar uma situação porque da mesma maneira que fizeram antes de me entregaram o apartamento, tinha um cheiro intenso a tinta. Em novembro mandei um e-mail para aqui, não tenho resposta, mandei um email agora em Dezembro não tenho resposta, porque o Covid é desculpa para tudo agora, se trabalhavam mal, agora trabalham ainda pior. Eu no espaço de um mês tenho a casa neste estado (mostrou fotografias), se quiserem vir buscar aqui as fotos para o senhor presidente, eu gostava que o senhor presidente visse o que está aqui, escorre-me água pelas paredes dos quartos, tenho calçado neste estado que eu até trouxe para o senhor presidente ver. Calçado comprado há um mês, não trouxe os colchões, nem a roupas, nem os livros, tenho muitos livros, uma estante, a minha filha é mestre em Direito, tenho os livros todos estragados, tenho roupas estragadas, tenho tudo. Há um quarto que me chove lá dentro, sem falar o mal que isto faz à saúde, tenho duas crianças a dormir nesse quarto, que chove lá dentro, agora eu gostava de saber o porquê de não fazerem o isolamento, falta de dinheiro não deve de ser, porque nas televisões aparecem a nível nacional que é a Câmara que gasta mais dinheiro em iluminações de Natal, por isso falta de dinheiro não deve de ser. Eu pago



trezentos e trinta e dois euros de renda, nunca falhei e eu quero respostas, tenho gretas nos tetos, a casa está cheia de gretas nos tetos, eu tenho aqui as fotos podem ver, eu tenho gretas nos tetos, escorre-me água pelas janelas, tenho aqui as fotos todas percebe? E agora não é o presidente no fim dizer é mais uma visita! Eu não estou na cadeia para receber visitas. Porque a partir de agora, todas as pessoas que forem lá a casa têm que apresentar um certificado ou um teste negativo. Eu estou farta de visitas da Câmara, já viram o que a casa têm, eu tinha a casa cheia de humidade no mês de Julho, foram lá pintar, e agora os quartos que foram pintar com uma tinta antifúngica está neste estado. E atenção que estas fotos que estão aqui, também estão numa estação de televisão porque eles ficaram muito entusiasmados com estas fotos, a chover dentro do apartamento e quando eu disse que pertencia à autarquia de Albufeira, lá está o ranking número um a gastar em iluminações, em fogos-de-artifício e depois tem os munícipes, aqui a viver nestas circunstâncias e não querem fazer, simplesmente disseram-me que não iam fazer o isolamento. Agora eu quero saber, como é que vai ser daqui para a frente, se é para pintar, se não é para pintar. Eu quero resposta por email, porque eu tenho os meus passos para fazer. Vou pedir indemnização de tudo o que está estragado na casa, obvio. Eu estou a habitar nesta casa há nove meses e não estou a pagar cinco, seis, sete euros, pago trezentos e trinta e dois euros. A casa não tem condições, têm que arranjar as condições, vocês estão aqui para isso e eu agradeço realmente as respostas. Eu acordo de manhã aquilo parece uma pista de gelo, nem vale a pena ir ver a pista de gelo do Natal, eu tenho a pista de gelo em casa, eu ando a patinar com excesso de humidade, tenho poças de água debaixo das janelas. Uma pergunta que lhe queria fazer diretamente a si é se já viveu nestas condições? Só quem sabe que vive nestas condições é que consegue entender o que aqui estou aqui a falar, percebe? Tenho tudo estragado, desde roupa, colchões, tenho tudo estragado, estou ali há nove meses, não quero pensar estando cinco anos lá dentro, tenho o contrato de uma casa que me foi entregue por direito eu não falto com as minhas obrigações e é muito chato para mim a nível psicológico eu estar aqui constantemente a mandar e-mails para vocês e vocês não respondem aos e-mails. No espaço de um mês eu fiquei com a casa neste estado. E quero realmente que me dê respostas, não é palmadinhas nas costas, porque isto é inadmissível a miséria que eu estou a viver. Obrigada e boa noite." -----



Presidente da Assembleia: "Terminada a intervenção dos presentes, há algumas intervenções que enviaram por e-mail e vou passar a ler uma e a Senhora Secretária fará o favor de ler as restantes." -----

E-mail do munícipe Tomás Cavaco (Doc. n.º 1 anexo a esta ata) -----

E-mail do munícipe Américo Nicolau (Doc. n.º 2 anexo a esta ata) -----

E-mail do munícipe Ricardo Neves (Doc. n.º 3 anexo a esta ata) -----

E-mail do munícipe João Marreiros (Doc. n.º 4 anexo a esta ata) -----

E-mail do munícipe Rosemari Giubilato (Doc. n.º 5 anexo a esta ata) -----

E-mail do munícipe Ruben Nicolau (Doc. n.º 6 anexo a esta ata) -----

Presidente da Assembleia: "Queria responder a uma questão que foi colocada à Assembleia municipal, que tem a ver com as atas da Assembleia Municipal. O senhor engenheiro Paulo Agualusa referiu esta questão e quem nos dera a nós. Infelizmente as atas muitas vezes demoram cerca de um mês, porque não temos os meios necessários, penso que falando com o Senhor Presidente talvez consigamos arranjar uns audiofones que fazem logo a transcrição verbal para escrita, mas até lá temos de contar com a boa vontade das nossas funcionárias que fazem este trabalho, que é um trabalho árduo, cerca de três horas de transcrição muitas vezes não estão disponíveis sempre que é necessário e sempre que gostaríamos. Portanto, nesse sentido iremos envidar os esforços de forma a que consigamos ter as atas e as informações a tempo." -----

Presidente da Câmara: "Boa noite a todos os presentes e aqueles que estão a acompanhar esta sessão via Youtube, bem como todos os deputados que estão nas suas casas através da plataforma a participar na sessão da Assembleia. O senhor Engenheiro Paulo Agualusa falou na questão dos regulamentos, do regulamento associativo, tenho dito variadíssimas vezes, somos todos testemunhas disso, o movimento associativo é um movimento altamente ativo, diria eu, quer a nível social, quer a nível cultural, quer a nível desportivo. A nível social tem sido um braço armado, digamos assim, do apoio que tem dado e principalmente nesta altura da pandemia, o apoio que tem dado às famílias mais carenciadas, nomeadamente na parte alimentar e na parte medicamentosa e todos os outros apoios que poderão ser oferecidos. A nível do desporto tem sido um lugar comum atribuir quer a parte financeira quer a parte logística e também é muita, porque a nível do desporto existe muito apoio logístico da parte da Câmara quer em termos de cedência de espaços desportivos e reparações e alguma manutenção, também a questão dos transportes para deslocações para poderem



desenvolver a sua atividade. Qualquer associação tem e tem tido o direito, assim como a associação ReFood vai ter com certeza o mesmo direito que qualquer outra tem, tendo em conta o trabalho que vai sendo desenvolvido. Na altura falamos na questão das instalações, como já disse há dias, não fui eu que iniciei o processo, depois peguei nesse mesmo processo e vamos ver, dentro de poucos dias, com certeza que teremos essa situação ultrapassada, não com instalações mas com apoio financeiro no sentido de colmatar e ultrapassar aquelas questões que foram levantadas por escrito pela vossa associação, em reunião que tivemos para ai em junho. Entretanto, comigo também se passaram várias coisas de junho para cá, portanto, foi tempo inútil, porque eu não conseguia fazer nada desse desenvolvimento, isso não é desculpa para nada, o que é certo é que dentro de poucos dias vamos tentar resolver essa situação. Depois, a senhora Rute, de Ferreiras, falou na sua casa, com a razão que lhe assiste a mostrar as fotografias que mostrou, evidentemente que não é uma situação nada agradável, o isolamento do apartamento tem de ser feito necessariamente, porque não é com pinturas que se resolve, com certeza que não irei dar palmadinhas nas costas para resolver o problema. Isso não se resolve com palmadinhas nas costas nem com risos por detrás da máscara, resolve-se com trabalho, também não é com visitas que se resolve. Pode estar descansada porque vai ser resolvido o problema da infiltração e da humedificação do espaço habitacional, porque como diz e bem, para além dos estragos que possa causar é também a questão da saúde, por isso vai ser resolvido. A referência à iluminação de Natal mais cara do país, isso não é verdade, é uma falácia, não é mesmo verdade. Relativamente ao senhor Tomás Cavaco, as questões que levantou no e-mail sobre o modelo de toponímia, são sugestões que ele dá, terá que ser analisado pelo vereador de toponímia e pela comissão de toponímia, onde têm acento todos os Presidentes de Junta e outras pessoas, terão que discutir isso, terá uma resposta por escrito e essa resposta vai ser remetida com conhecimento à Assembleia Municipal. Relativamente ao senhor Américo Nicolau vai ter a resposta às questões que levantou, não veio cá e fez bem em resguardar-se, dada a situação em que estamos, se entendeu não vir acho alguma assertividade e fez muito bem. Quando entender podemos falar, ou pode vir aqui à Assembleia que iremos ultrapassar estas questões. O senhor Ricardo Neves fala numa cancela num espaço que está fechado, mas ao que me dizem, porque não tive tempo de verificar melhor em pormenor, é um protocolo, é um espaço que não é público, tenho de ir analisar essa situação, porque há informações nesse sentido. O



senhor Ruben Nicolau, fala na questão dos jovens, da habitação, os sentidos são o que são, os números não enganam, à partida, claro, se bem que às vezes os sentidos têm as suas relativizações porque não é um número determinístico e calculado com erro, tem sempre uma base de erro, mas temos de ter a noção e temos de ter a ideia de que os números que foram apurados em dois mil e vinte e um são muito próximos dos reais e fazendo fé nisso evidentemente que temos ali uns escalões etários que supostamente poderíamos pensar, à partida, se a leitura fosse feita de outra forma, que o escalão etário que mais sobe é o escalão mais jovem, mas não é, é dos mais velhos, o que é quase um sintoma de como o nosso país tem estado, aliás, ainda há dias o Papa Francisco falava numa comunicação que fez aos fieis dizendo que era bom que os europeus tivessem mais filhos e não tivessem apenas um, ou que tivessem pelo menos um ou mais que um, portanto significa que nós temos uma sociedade europeia envelhecida, com algum desequilíbrio a nível mundial, mas isso dava aqui pano para mangas sobre essa questão e não é bem o local para estarmos a discutir isso. Relativamente à habitação, lembro que ainda ontem assinei com a senhora Presidente do IRU um acordo de colaboração no sentido de levarmos por diante a nossa estratégia municipal de habitação. Estiveram presentes na sessão, foi uma sessão on-line, senhor Secretário de Estado da Centralização e da Administração Local Dr. Jorge Botelho e a senhora Secretária de Estado da Habitação a Dr.ª Mariana Gonçalves, isto é um acordo de colaboração no âmbito do primeiro direito e o primeiro direito pressupõe criar condições habitacionais para pessoas que têm condições indignas e que não têm capacidade financeira para suportar o custo de acesso a uma habitação adequada. Estão aqui previstas realmente, tendo o projeto de arquitetura já aprovado sessenta e nove frações habitacionais, portanto depois temos mais dois núcleos com cerca de trinta cada um, aqui próximo e havemos de encontrar mais situações. Para além disso temos alguns apartamentos que precisam de alguma conservação e alguma manutenção para que depois possa ser objecto de concurso. Como sabem a entrega de habitações tem de ser sempre via concurso que é analisado por um júri, mas também pela comissão de habitação, da qual fazem parte variadíssimas pessoas, nomeadamente como já disse há pouco para outra comissão, os Presidentes de Junta. Depois está aqui duas questões do senhor João Marreiros que fala de um assunto já recorrente, relativamente à questão de haver na zona ou perto do local onde habita uma residência com água, mas dizendo ele que está ilegal e a senhora Rosemari sobre os animais eu pedia que falasse



a Vereadora Cláudia, uma vez que tem estes dois assuntos, pode ter algum pormenor a avançar. Qualquer uma delas vai ter resposta por escrito para a pessoa e também com conhecimento da Assembleia." -----

Vereadora Cláudia Guedelha: "Boa noite a todos, relativamente à questão do senhor João Marreiros, não tenho muito mais a acrescentar, só queria salientar que para além daquilo que o senhor Presidente já disse, que vai receber por escrito a resposta de forma a tentar esclarecer as dúvidas, a dada altura aqui no email refere que a vereadora disse, o que eu disse foi que a decisão que foi tomada foi com base no parecer jurídico, que foi analisado e tem como base a lei. A partir desse parecer jurídico foram tomadas as decisões até ao momento, que chegando agora ao final do ano iremos dar continuidade à resolução do mesmo, portanto essa questão vai ser enviada por escrito. Relativamente à outra questão do animal, da D. Rosemari, a partir do momento que recebi esta informação tentei perceber o que aconteceu junto da veterinária municipal e dos serviços, vamos fazer por escrito a resposta relativamente a esta situação. Queria só dizer que o centro de bem-estar animal, o serviço de veterinária tem um procedimento com uma empresa externa e a Luságua é apenas o meio que liga o recolher o animal, o cadáver depois é lá guardado, realmente nas arca frigoríficas e depois é recolhido com a empresa com quem nós temos o procedimento para dar continuidade ao processo. A partir do momento que é paga a taxa é feito um registo do animal. Eu penso que o que se passou aqui foi que o munícipe ao levar o animal à Luságua passou, penso eu, pela portaria e talvez essa fosse a razão pela qual não conseguiram entrar e dirigir-se aos serviços da Luságua, penso eu que foi isso. Contudo, vou pedir à Dr.^a Cristina, a veterinária municipal, que faça o relatório relativamente a essa situação, contudo eu penso que as coisas aconteceram dentro do normal, até porque a veterinária municipal não pode, depois do cadáver ser entregue ir avaliar a razão da morte do animal, isso são outras questões legais, certamente o fazer uma autópsia isso só em sítios diferentes que não ali no centro de bem-estar animal. Penso que o que aconteceu foi que como não houve a possibilidade de ser entregue na Luságua dirigiram-se ao centro de bem-estar animal e penso que a foi a outra funcionária, a Isabel que depois conduziu as pessoas para recolher o animal na arca frigorífica e daí o processo penso que aconteceu dentro da normalidade. Mas no entanto, como digo vou tentar inteirar-me ao pormenor e responder à munícipe relativamente a esta questão." -----



Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Sílvia Dias: "Boa noite, como já foi dito aqui esta noite, que os funcionários da Câmara não faziam grande coisa, eu tenho a dizer que os funcionários da Câmara fazem muito e muito mesmo. Mas temos aqui uma situação que os funcionários deste município e todos os funcionários públicos são avaliados pelo sistema SIADAP. Esta avaliação é de carácter bianual, respeito ao desenvolvimento de dois anos civis anteriores, então gostaria de saber porquê que os funcionários desta autarquia ainda não tomaram conhecimento da sua avaliação de dois mil e dezanove, dois mil e vinte? Os funcionários não trabalham só em função destes objectivos, realizam muito mais tarefas do que estes objectivos e posso garantir que temos nesta autarquia muito bons funcionários, como todas as instituições e grandes instituições, uns dão mais produtividade do que outros, mas que temos bons funcionários nesta casa temos. Outra questão, a bancada do Partido Socialista é com muito agrado que tomou conhecimento que esta Câmara soube aproveitar uma oportunidade que o Governo Central deu, foi a assinatura de ontem de um programa, através do programa Primeiro Direito, foi a autarquia, foi a Secretária de estado da Habitação, o IRU, e temos um investimento de habitação para o nosso concelho porque é uma das grandes lacunas, a habitação. Para todas as faixas etárias desde meia-idade a mais idosos, por isso, um bem-haja a esta autarquia por ter conseguido aproveitar e trabalharmos em equipa com o Governo Central." -----

Domingos Coelho: "Boa noite, gostava de dar notícia de uma rotura existente nos depósitos do Cerro da Águia, que escorre do lado do portão norte daquele espaço de serviços da autarquia, por um tubo que tem um diâmetro de quarenta centímetros e o caudal de fuga, de escorrência anda à volta de um terço destes quarenta centímetros. Isto é uma fuga que existe há anos, já ali se criam rãs, agriões e é fácil de ver a escorrência pela terra onde está esse canal, onde há vegetação já própria do inverno, enquanto nas margens está tudo perfeitamente seco. Eu já repostei esta situação várias vezes aos serviços e até hoje continua exactamente igual, aliás, em tempos os serviços tiveram o cuidado de fazer uma vala para que a água fosse escoando de uma forma mais ou menos dissimulada." -----



André Lima: "Boa noite, senhor Presidente, vou voltar a fazer a questão de há quinze dias, agora mais em jeito de balanço, em relação à iluminação de Natal, se neste momento, depois de já ter passado o Natal, se já há algum balanço em relação a isso já está definida a proposta de penalização para a empresa? Se sim, se já há alguma resposta? O Presidente na última Assembleia respondeu que as coisas estavam a ser vistas, estavam a ser tratadas, até apresentou um cálculo parcial, a minha questão é, em que ponto é que estamos? E o "está a ser tratado" qual é o balanço que podemos fazer neste momento?" -----

Carlos Vieira: "Boa noite a todos, a minha intervenção tem a ver com uma situação que já se vem arrastando há algum tempo e que ultimamente agravou. Tem a ver com o chamado porto de pesca, ou porto de abrigo como queiram chamar, e tem a ver com situações que se passam naquele porto de abrigo. A primeira questão tem a ver com a lei cinquenta, da transferência de competências para as autarquias e a questão que coloco é se de facto, os portos, nomeadamente o porto de Albufeira se passou para a competência da autarquia ou se continua na competência da Docapesca? Essa era uma das questões pertinentes, porque todo o que vou falar a seguir, essa questão é bastante importante para percebermos a quem é que nós temos de pedir, reclamar, chamar a atenção para os problemas que se estão a passar ali. Aquilo é um porto, como sabem, tem deficiências de construção, as quais não protegem totalmente determinado tipo de ondulação, nomeadamente o conhecido levante, que entra por ali e faz danos graves lá dentro. Aquilo tem de ser revisto, é uma situação que se arrasta desde o início, no entanto tem-se vindo a agravar, por várias situações. Lá dentro temos o problema do acesso de qualquer cidadão, de uma embarcação ao mar no nosso concelho, que tem utilizado ultimamente uma rampa que existe lá, que está na antiga praia da Baleeira, que foi feita há pouco tempo, mas que as condições não são muito boas, o acesso é através da Marina, que tem de ser resolvido, há ali uma série de problemas envolvidos que tem de ser revisto e tentar resolver essa parte. Aquilo que mais me trás aqui tem a ver com a parte dos pescadores. Nós temos a questão do ordenamento daquela área, está muito deficiente, que necessita de ser revista, temos vários problemas a nível dos armazéns que albergam os apetrechos de pesca dos pescadores, que muitos deles são contentores que não têm condições. Aquele molhe que está a nascente quando existe ondulação forte, de levante, a ondulação passa por cima do molhe, invade os contentores, invade a zona de pesca toda, é uma situação com alguma



preocupação. Depois, os pescadores estão com grandes problemas, quer a nível de cargas e descargas para as embarcações, quer para garantir maiores condições de segurança e higiene alimentar, bem como as condições de trabalho dos pescadores. Que fosse construído ali um cais para cargas e descargas do pescado, já foi tentado efetuar há algum tempo atrás um cais, só que não correu bem, não foi bem efectuado, houve alguns problemas e neste momento reclamam muito por esse cais de descarga. Temos a questão das bóias de amarração, que ainda há cerca de um ano foram reparadas e elas voltam-se a partir, voltam-se a danificar e tem acontecido alguns problemas, inclusive alguns acidentes com embarcações. Eles reclamam que deve ser feito através de outro tipo de material, que aquele material está a comprovar-se que não é eficaz, uma vez que aquelas amarrações ao final de um ano estão a rebentar. É necessário verificar esta situação, alguns deles estão a utilizar as suas técnicas próprias, ou através de mergulho ou através de amarrações feitas por eles, vão substituindo aquelas amarrações e utilizam as deles, não utilizam as que estão lá colocadas. Portanto isto tem de ser resolvido. A última parte, que é a mais preocupante, que nos últimos dias tem vindo a agravar, inclusive aconteceu um acidente há cerca de uma semana ou duas lá em baixo, tem a ver com o assoreamento daquela barra. O assoreamento da barra é um assoreamento que é frequente, devido às correntes do levante, a areia vai se acumulando na boca da barra, nomeadamente no molhe de fora, quer na parte exterior quer na parte interior, esse assoreamento vem-se agravar bastante. Ultimamente têm visto na sonda, que certo tipo de marés grandes já está menos a dois metros da profundidade, o que torna muito perigoso quando existe ondulação como aconteceu a semana passada e há duas semanas, para entrar e sair da barra. Estes problemas são problemas urgentes, não é tema referente aos temas que temos na ordem do dia, mas de qualquer forma, ultimamente tem-se agravado bastante e eu quis trazer esta matéria aqui à Assembleia, visto que está a meter em perigo a segurança dos pescadores e de todas as pessoas que entram e saem daquela barra, que sabemos que se te degradado, mesmo lá dentro, a nível da Marina. Era uma das matérias que tínhamos na nossa proposta eleitoral, do MIPA e agora com esta situação a agravar-se do assoreamento gostaríamos que tivéssemos aqui alguma resposta, não obstante das competências passarem ou não para a autarquia, alguém tem de fazer alguma coisa, mas tem de existir um programa de desassoreamento daquela entrada da barra, seja periódica, pelo menos de alguma forma, à semelhança



do que é feito no molhe em Quarteira. Desejo a todos um bom ano e que continuem todos em segurança." -----

Mónica Coimbra: "Boa noite, antes da minha intervenção, quero dar os parabéns ao senhor vereador do desporto, por ter conseguido alterar o horário de abertura das piscinas municipais, das nove para as oito da manhã. No entanto, quero referir que a maioria das piscinas municipais tem o seu horário de abertura entre as sete e sete e trinta da manhã. Relativamente ainda a este ponto, que falei na última Assembleia, na questão das piscinas municipais, gostaria de saber se está previsto mais alguma alteração no funcionamento da mesma? Quer a nível pedagógico ou de recursos humanos. A minha segunda intervenção, quero colocar à senhora vereadora da educação e ao senhor Presidente, para quando está previsto o início das obras do novo bloco de salas da escola EB23 Dr. Francisco Cabrita? É uma obra que já estamos à espera há dois anos e até agora não temos uma data definida para início desta ampliação." -----

Carlos Quintino: "Boa noite, queria desejar primeiro que tudo um feliz ano novo a todos, esperando que o Natal também tenha corrido em segurança e queria de uma forma singela enaltecer aquilo que foi a posição do executivo municipal no sentido de manter um evento piromusical para o fim de ano, realçando que esse evento poderá decorrer em toda a segurança, porque cada pessoa terá oportunidade de manter o devido distanciamento e usar todos os meios de segurança ou pelo menos terá isso ao seu dispor e também dizer que Albufeira marca assim uma posição, à semelhança de outros municípios turísticos de Portugal, como é a Figueira da Foz, que também manteve o seu fogo de artifício na devida segurança, porque Albufeira não deixa de ser a capital nacional do turismo, mesmo que em pandemia." -----

Raul Ferreira: "Fazer uma constatação, felicitar a autarquia de Albufeira por ter celebrado o protocolo com a secretaria da habitação, como foi aqui falado, no entanto, quero sublinhar aqui a minha estranheza, que só hoje é que soube efectivamente da assinatura deste protocolo. A questão que coloco é se essa assinatura foi conhecida pelos restantes vereadores que não têm cargo definido nesta Câmara Municipal? Ou se foi um protocolo assinado só entre a Câmara mas sem conhecimento dos demais vereadores desta autarquia." -----

Presidente da Câmara: "Obrigado pelas questões levantadas. Relativamente à deputada Sílvia Dias, dizer que com certeza que há neste município, tal e qual como em outra



organização qualquer, seja ela com maior dimensão ou menor dimensão, haverá sempre colaboradores que dão até talvez mais que aquilo que podem dar, isso é uma verdade indesmentível, evidentemente que ninguém é igual. Há bocado ouvi, lamentavelmente, que têm sempre a ideia, não só da Câmara Municipal de Albufeira, que os funcionários públicos são sempre o parente pobre dos trabalhadores deste país. Relativamente à questão do SIADAP de dois mil e dezanove dois mil e vinte, vou mandar ver porquê que não foi dito e depois vou responder-lhe, fica essa questão aqui para resposta. Relativamente à questão da assinatura ontem, do Primeiro Direito, respondendo logo às duas questões, isto era um acordo de colaboração que já estava previsto há algum tempo, só que a marcação foi feita pela Secretaria de Estado da Habitação e foi uma assinatura online, como já disse há pouco, não teve qualquer intenção em não dar conhecer, uma vez que não era para assistirem em lado nenhum, depois saiu uma informação a dizer o que aconteceu. Nenhum dos Secretários de Estado estavam presentes, a presidente do IRU a mesma coisa, portanto foi mesmo online. Relativamente à questão do deputado Domingos Coelho, penso que já reportei isso aos serviços de águas, pensava que isso já estaria ultrapassado, mas assim não estará e tenho de reforçar. O André Lima, iluminação de Natal, já há um balanço, os serviços estão a fazer, tenho aqui uns dados que podem aproximar-se, uma vez que está a ser calculado o valor da coima e o valor do trabalho não realizado, mas isso deve ir à volta dos cem mil euros, dentro de poucos dias temos a noção, porque o que foi feito foi feito, já não há mais a fazer, o Natal também já passou, o fim de ano também está quase a chegar e normalmente as iluminações de Natal são até ao dia seis de janeiro. Está-se a tratar do processo da coima e do processo de abatimento, relativamente aos trabalhos não realizados. Por aquilo que vi há pouco é à volta dos cem mil euros, de qualquer maneira isso tem de ser aprovado pela Câmara Municipal. Relativamente ao deputado Carlos Vieira, sobre o porto de abrigo, as transferências de competências foram objecto há uma ano e meio, dois anos, de grande azáfama legislativa, sobre os mais diversos aspectos, desde as mais faladas, a saúde, educação, ação social, os portos de pesca, do património da administração central não usado, das vias de comunicação, há uma serie de competências, eram quinze ou dezasseis e nós assumimos oito ou nove, à volta disso. No entanto quero dizer que ainda só assinei um protocolo com a saúde, no entanto na semana passada já veio outro para rever o protocolo que ainda não surtiu praticamente efeitos, no entanto, já estamos a pagar vencimentos de



alguns funcionários, os assistentes operacionais apenas, salvo erro oito, nesse aspeto é relativamente curto porque não é à Câmara Municipal que compete o pagamento dos vencimentos dos médicos e enfermeiros e desse pessoal que pratica atos médicos, nem a questão dos equipamentos relacionados com a parte do ato médico. A transferência de competências neste campo, continua a ser da Docapesca, continua a ser do Ministério do Mar e não da Câmara Municipal, no entanto, fica o alerta, posso fazer na próxima semana um ofício para a entidade responsável por este setor, precisamente para essas questões. Poderemos depois falar mais em pormenor para fazer um pedido para resolução do caso. Admiro-me porque a associação de pescadores não tem falado grande coisa nessa situação e também a administração da Marina, embora os barcos da Marina passarão por outro lado, não terá esse problema, mas também não falaram nesse sentido. De qualquer maneira, já agora agradecia que depois contactássemos e fizéssemos esse ofício para a Docapesca ou Ministério do Mar, entendendo quem será o responsável direto por aquele porto. Relativamente à Monica Félix, falou das piscinas municipais, o senhor vice-presidente tem o pelouro do desporto anuiu essa questão do horário e depois falou sobre a questão do Francisco Cabrita, o projeto está a ser elaborado, esperando que dentro do próximo ano económico, dois mil e vinte e dois se inicie a obra e termine em dois mil e vinte e três, porque é uma obra que pode ser realizada e executada durante o tempo em que as aulas funcionam, uma vez que é num setor junto à fronteira entre a escola e a via pública. Aí não há grandes problemas de choque e confronto e de litígio entre o funcionamento das aulas e a construção propriamente dita, desde que se acautelem outros pormenores que possam eventualmente daí advir. O Carlos Quintino falou sobre a questão do evento piromusical que está previsto haver na noite de passagem de ano, à semelhança daquilo que foi feito no dia vinte de agosto, penso que Albufeira nesse aspeto tomou iniciativa de começar a ser assim, em oito locais diferentes, que estão a ser agora devidamente escolhidos e também nas freguesias, coisa que normalmente e chamo a atenção disso, já há bocado se falou na iluminação de Natal, é raro o concelho que tem iluminação de Natal nas freguesias e é raro o concelho que faz fogo de artifício nas freguesias, portanto, só para que fique essa nota, vale o que vale, evidentemente que é com todo o gosto que fazemos e merecem essa nossa preocupação e esse nosso empenho." -----
Presidente da Assembleia: "Antes de dar a palavra ao próximo deputado, iria solicitar, tal como no início referi, que quem não pertence à Assembleia Municipal e que faça



parte do público faça o favor de sair, como tínhamos falado relativamente às questões sanitárias. Obrigado." -----

Leonardo Paço: "Boa noite, queria questionar o senhor Presidente, até pela questão posta pelo deputado Carlos Vieira, fiquei sem perceber se a competência do mar está ou não já uma competência adquirida pela Câmara Municipal de Albufeira. É que eu tenho a sensação, na última legislatura que a Câmara tinha ficado com essa competência." -----

Adriano Ferrão: "Boa noite, não venho aqui levantar questões, eu queria sublinhar algo que já noutros mandatos venho de vez em quando tocando e hoje ao ouvir o membro da Assembleia Carlos Vieira, me veio outra vez à cabeça e não podia deixar de dizer qualquer coisa. Trata-se daquele espaço do porto de abrigo, que tem a única rampa particular pública numa associação que permite as pessoas lá porem o seu barquito dentro de água, outra solução é a utilização da grua da Marina, que tem preços, se não estou enganado na base dos trinta e três euros para pôr um barco na água, outros trinta e três para tirar e agora somem a isso o consumo do combustível e vêm que não está acessível ao bolso de muita gente. Albufeira é uma terra virada ao mar, mas que não está virada para o mar porque não tem esse acesso facilitado. De modo que, havendo uma associação como a que existe na Baleeira e que com esforço e com o apoio da Câmara, porque eu sei que já foi apoiada várias vezes e que merece esse apoio porque tem tentado colmatar esta lacuna, no entanto há ali um omissso muito grande, que é a passagem pelos estaleiros da Marina e por isso o acesso, enquanto não existir um acesso para a praia da Baleeira que permita os barcos chegarem àquela rampa, rampa essa que deverá ser melhorada, com certeza, porque é uma rampa estreita, que foi feita para safar a situação. De qualquer maneira é aquilo que há. As pessoas que nos visitam, às vezes trazem os seus barcos ligeiros, de curta dimensão, mas que querem meter na água, não encontram lugar, ou senão têm que ter as tais despesas onerosas que implica colocar um barco na grua. Os moradores, os residentes neste concelho têm o mesmo obstáculo e muitos se queixam porque conheço muitos que se queixam que meter um barco na Marina é caríssimo e por isso gostariam de ter um acesso facilitado. Depois, uma associação válida e que consiga difundir as suas actividades e que nessas actividades esteja o remo e a vela, vai com certeza atrair jovens para um desporto que é altamente saudável, quer para o físico quer para a mente, afastando-os de outras coisas e ao mesmo tempo um tipo de desporto que responsabiliza aquele que



o executa, que é um desporto que exige alguma disciplina interior e também algum conhecimento técnico. De modo que, eu sou sócio do Clube Naval de Portimão, e gostaria muito de ser sócio de um Clube Naval de Albufeira. A associação que está na Baleeira é uma associação que tem as raízes que devidamente apoiadas chegar a ser um Clube Naval de Albufeira, o que faria todo o sentido na capital do turismo. Os custos mais baixos com certeza que ainda fariam mais evoluir a apetência por parte dos moradores de praticar actividades náuticas e desfrutar este bem, este recurso turístico imenso que Albufeira tem." -----

Presidente da Câmara: "Relativamente ao deputado Leonardo Paço, dizer que as transferências de competências só se formalizam quando houver um protocolo assinado entre a tutela e a Câmara Municipal e devidamente trabalhado antecipadamente, saber qual o alvo, digamos assim, dessas transferências de competências e quais são as competências realmente transferidas e elencadas uma a uma, quando isso acontecer é sinal que vai ser feito. Não tem havido recuos nem avanços, porque ainda não avançou nada. Embora, como já disse há pouco da saúde, por exemplo, teve avanços e recuos e outras parecidas, nomeadamente a do património não usado, que temos em Albufeira duas ou três coisas que a Administração Central fica com aquele património por falta de pagamento de segurança social ou de impostos ou outra coisa e o estado fica com esses imóveis, seja ele construído ou terrenos e neste momento temos uma listagem de quatro lojas, só que ainda não está feito nada de assinatura e de cedência de propriedade. Temos uma listagem de quatro lojas na Vila Magna, depois detectei um outro terreno que fiz um ofício para o senhor Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local, Dr. Jorge Botelho que já falei com ele e vou remandar a documentação que foi enviada, de um terreno que também está no estado, que tive a intenção de fazermos a aquisição desse mesmo terreno, antes de haver estas competências, uma vez que o estado não o está a usar, caberia perfeitamente nestas competências, mas foi mandado em janeiro de dois mil e vinte e ainda não recebi resposta sobre isso, o terreno que está por trás do Hotel Real Belavista, que vai desde a bomba da BP até à rotunda do estádio, se bem que há ali uma parcela de terreno que é de construção, isso daria ali para muita coisa, mas por enquanto ainda não há respostas nesse sentido. Relativamente àquilo que o Adriano falou, são constatações de factos." -----



André Lima: "Na sequência da questão que pus há bocado, na última Assembleia o Presidente tinha falado que achava que eram sessenta mil, agora acha que são cem mil, pelos vistos tem aí o papel daquilo que acha, mas independentemente disso, sairá por esses números arredondados por volta de cem mil euros. A minha questão é quem é que está a tratar desta situação? Se é o departamento jurídico da Câmara? Se está enquadrado naquele meio milhão que vem a seguir no orçamento de serviços externos e se haverá alguma verba eventualmente para fazermos contratos que futuramente nos possam proteger destas banhadas, desta situação que apanhamos agora."-----

Presidente da Câmara: "Não sei porquê essa estranheza, não é tudo assim tão estranho, o que acontece é que havia na altura e quem está a tratar evidentemente são os técnicos municipais, comparando o trabalho feito com duas coisas, com o calendário e com aquilo que está no caderno de encargos e tendo em conta a assinatura do contrato que foi assinado entre o município e a empresa. Na altura falei, por isso é que é difícil falar em números, depois pegam logo nos números como sendo uma verdade absoluta. Este número ainda não está terminado, ainda estão a trabalhar neste campo, portanto, se digo que são há volta de cem mil euros é porque estão a trabalhar nesse facto. E cem mil euros em duas parcelas, uma que é intenção, porque ainda não está aplicada, uma coima só é aplicada quando for a reunião de Câmara e que seja aprovada, ela não pode ser aplicada nem eu aqui que vou aplicar a multa, a Câmara Municipal é que tem essa competência. Há-de ir um documento nesse sentido, que vai ser à volta dos tais cinquenta mil que falei no outro dia e depois há-de ser a redução, que é outra que está aqui, que na altura não estava calculada e contemplada, que é a redução de serviços a pagar, a redução do trabalho realizado, como disse há pouco. Isto tudo somado vai dar à volta dos cento e picos mil euros. Só estou a dizer isto para não pensarem que estamos aqui a esconder alguma coisa, só para dizer que realmente isso está a ser trabalhado. Na outra reunião a seguir, depois de isto terminado os serviços vão fazer uma informação e faço uma proposta a reunião de Câmara para estudar, analisar, discutir e aprovar, ou não."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação e deliberação da ata de 15-11-2021; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Helena Simões: "Boa noite a todos, no que concerne a ata da Assembleia de quinze de novembro de dois mil e vinte e um, mais concretamente no seu ponto seis da ordem de trabalhos, era eleição de quatro membros da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal do Algarve. Gostaria de ressaltar algumas questões, que terão que ser tidas em linha de consideração e depois deixarei à soberania da Assembleia. Diz-nos o número dois do artigo oitenta e três da lei setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de Setembro, que para efeitos de constituição da Assembleia Intermunicipal, a eleição ocorre em cada Assembleia Municipal, pelo colégio eleitoral constituído pelo conjunto dos membros da Assembleia Municipal eleitos diretamente, mediante a apresentação de listas, que não podem ter número de candidatos superiores ao previsto no número anterior e que devem apresentar pelo menos um suplente. Eu gostaria de sublinhar os eleitos directamente. Os membros que constituirão a Assembleia Intermunicipal são eleitos de entre os membros que compõem cada uma das Assembleias Municipais que integram a comunidade intermunicipal, são os membros eleitos diretamente para a respectiva Assembleia Municipal, ou seja, sendo a Assembleia Municipal composta por membros eleitos directamente, nos termos do número um e número dois do artigo quarenta e dois da lei cento e sessenta e nove barra sessenta e seis de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela lei número cinco A de dois mil e dois de onze de janeiro, serão apenas estes que intervêm neste ato eleitoral. Ou seja, dito de outra forma, os Presidentes de Junta de Freguesia, no âmbito da referida eleição, por não terem sido eleitos diretamente como membros da Assembleia Municipal, não teriam direito de voto. O que infelizmente e por inobservância da disposição legal, no caso em apreço o fizeram, ferindo nulidade de tal eleição, pois empolaram o resultado. Pelo sobredito, a bancada do PSD/CDS solicita a repetição do ponto seis da ordem de trabalhos da Assembleia de quinze de novembro de dois mil e vinte e um, cuja deliberação padece de ilegalidade, devendo a mesma ser repetida de acordo com a legislação diretamente aplicável e em observância com os



princípios constitucionais que devem nortear a conduta de todos os eleitos locais. Por último, recorde-se que é da competência exclusiva do Presidente da Assembleia Municipal assegurar o cumprimento da lei e a regularidade das deliberações, para tal, faço referência à alínea e) do número um do artigo onze do regimento ainda em vigor, e à alínea e) do número um do artigo trinta da lei setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de Setembro, nada mais é do que o Regime Jurídico das Autarquias Locais." --

Presidente da Assembleia: "Confirma-se e eu agradeço à senhora deputada Helena Simões ter levantado esta questão, é de facto uma irregularidade e passou-me. Aqui é minha culpa, mas de facto estávamos aqui vinte e cinco, ninguém deu por ela, penso que no confronto e na confusão relativamente às votações, de facto houve votações em que todos votaram, portanto a votação vai ter que ser repetida, naturalmente e vai ter de ser reposta a legalidade. Não sei se hoje poderemos fazer, vou ver o que diz o regimento e tentar arranjar uma solução o mais rapidamente possível para repormos esta situação e que na verdade foi um lapso. Portanto, quando há lapsos e quando há erros, há que retificar como diria a nossa Presidente da Junta, só não erra quem não faz. Apresento aqui as minhas desculpas e naturalmente, por essa via iremos avançar na deliberação, ainda hoje se possível, se não, para a próxima reunião, o mais rapidamente possível." -----

Helena Simões: "Assim sendo e por maioria de razão, pelo menos a bancada do PSD/CDS terá que votar contra a aprovação da minuta da ata, porque senão estará a ser cooperante com uma ilegalidade. Pelo menos no que concerne o PSD/CDS, quanto aos demais, se quiserem aprovar uma ata que efetivamente é conivente com uma ilegalidade, estarão ao dispor."-----

Presidente da Assembleia: "Senhora deputada, eu percebo, mas a ata é a transcrição exata e fiel daquilo que aconteceu e de facto o que aconteceu nós não podemos retirar, está lá, aconteceu um lapso, esse erro está transcrito e naturalmente o que temos aqui que fazer é repará-lo. A bancada fará como entender, terá o direito de votar como entender, no entanto, nós o que fizemos foi transcrever fielmente aquilo que aconteceu e transcrevemos um erro, que de facto terá de ser efetivamente reparado. Como digo, irei ver o regimento e ver a possibilidade, talvez ainda hoje poderemos fazer uma nova votação, se não agendá-la o mais rapidamente possível." -----

Carlos Quintino: "Se o Senhor Presidente entender a bancada do PSD está disponível para se fazer uma pausa, no sentido de se poder averiguar a melhor possibilidade de se



resolver esta questão ainda hoje. Tendo em atenção também que, decorre já aquilo que é o mandato da Intermunicipal, com a realização de duas reuniões, uma das quais o Presidente da Mesa também participou e que talvez carecesse de resolução com alguma celeridade, nesse sentido ficava esta minha sugestão." -----

Sílvia Dias: "Conforme o ponto da ordem de trabalhos, apreciação e deliberação da ata de quinze do onze de dois mil e vinte e um, para que isto não acontecesse e passado já tanto tempo, quinze do onze e só hoje é que vem para aprovar a ata, propunha-se que a autarquia adquira um sistema informático com o respetivo software, que possa passar de oralidade à escrita, com o objetivo de elaboração das atas e o mais rápido possível. Quem elabora as atas sabe bem que é muito complicado transcrever palavra a palavra, por isso isto era um instrumento fundamental e de resposta adequada e ganhávamos muito tempo para os serviços. Por isso, a bancada do Partido Socialista propõe que se adquira um software informático para a elaboração das atas da Assembleia Municipal."

Leonardo Paço: "Concordo com o exposto pelo deputado Carlos Quintino, acho que era de bom-tom criarmos um espaço para se poder ver a veracidade do que foi aqui dito e possamos avançar com uma solução." -----

Carla Vieira: "Efetivamente terei que concordar com o deputado Carlos Quintino e com a deputada Helena Simões, somos de crer que efetivamente uma pausa por dez minutos de forma a que exista condições para repetir a eleição, seria efetivamente o mais sensato e o mais ponderado, dado que quem nos está a ouvir, os munícipes não crie uma suspeita sobre a forma de funcionamento e da claridade da Assembleia. Por isso somos de crer que efetivamente seria o mais adequado à situação." -----

Raul Ferreira: "Relativamente à questão levantada pela deputada do PSD/CDS, é pertinente, existe aqui efetivamente uma nulidade na eleição, que tem de ser rectificada. Entendemos que face à necessidade dos trâmites normais de funcionamento da AMAL convém que a eleição seja feita o mais breve possível, de preferência ainda hoje. Quanto à aprovação da ata, a ata transcreve a Assembleia, mesmo ferida de uma decisão que é nula a ata tem de ser votada independentemente da nulidade ser invocada a todo o tempo e qualquer pessoa, como foi o caso que aconteceu e que nós concordamos que é nulo. Penso que será benéfico suspender um tempo os trabalhos, para chegarmos a um consenso, uma análise mais minuciosa da situação e depois se introduzir a votação relativamente a essa questão." -----



Presidente da Assembleia: "Só duas notas, tendo em consideração que a maioria, para não dizer a unanimidade da Assembleia concorda em que se faça uma pausa e que ainda hoje se rectifique aquele erro, gostaria só de esclarecer. Estive aqui a fazer umas contas e é interessante verificar que caso a votação fosse feita nos termos em que devia ter sido feita, o resultado era exactamente o mesmo. Ou seja, em termos do método D´Hont daria exactamente o mesmo. Mas isso é irrelevante, porque a votação é única, portanto vamos ter que repetir. A segunda é que em termos de regimento temos de facto o artigo dezoito, diz "tratando-se de sessão ordinária de órgão deliberativo e no caso de urgência reconhecida por dois terços dos seus membros, pode o mesmo deliberar sobre assuntos não incluídos na ordem do dia." Nós não estamos numa Assembleia ordinária, estamos numa extraordinária e a proposta que faço, se todos estiverem de acordo, se houver unanimidade em avançar eu não vejo dificuldade porque a Assembleia é soberana e sendo soberana pode ultrapassar esta regra do regimento, e portanto fazer-se hoje a votação, de acordo com as regras da lei. Nesse sentido, se os senhores deputados assim entenderem e penso que sim, pelo que já ouvi das várias bancadas iríamos propor esta solução, podendo ou não fazer um intervalo, mas penso que talvez não haja necessidade, porque vendo o reconhecimento por parte da totalidade dos senhores deputados eu não vejo que alguém depois vá impugnar essa mesma decisão, apesar dela não estar exactamente de acordo com o regimento. Nessa circunstância, se assim os senhores deputados entenderem nós poderemos passar à questão de introdução deste ponto na ordem de trabalhos e depois passar à votação." -

Helena Simões: "Como foi afiançado por vários uma pequena pausa, acho que se não se importassem fazíamos uma pausa de cinco minutos para que cada bancada parlamentar possa eventualmente conferenciar e não estejamos todos a tomar saltar uma decisão numa situação precipitada em função da proposta, neste momento, na mesa. Pelo menos eu sentir-me-ia mais segura se assim o fizesse, se pudesse reunir com os meus companheiros de bancada. Se ninguém se opuser é aquilo que pediria neste momento" --

Presidente da Assembleia: "Não vejo qualquer dificuldade, iria pedir a paciência aos senhores que nos estão a ver por Youtube, que durante cinco minutos esperem pela nossa decisão, que nós voltaremos à sala e continuaremos a Assembleia Municipal." ----

A Assembleia foi suspensa por cinco minutos. " -----



Presidente da Assembleia: "Quero colocar a votação se este ponto pode ser admitido na sessão de trabalhos de hoje. Antes de passarmos à votação temos que admitir por unanimidade a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos." -----

Foi aprovado por unanimidade a admissão do ponto. -----

Eleição de quatro Membros da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal do Algarve (AMAL); -----

Carlos Quintino: "Só para que não haja dúvidas, queria pedir um esclarecimento que tem a ver com a composição da lista. As listas são compostas por quatro membros e um suplente, correto?" -----

Presidente da Assembleia: "Posso esclarecer, até quatro e um suplente, portanto a lista pode ter três e um suplente, ou pode ter dois ou um, até quatro elementos, não pode é ter mais de quatro elementos e tem de ter um suplente." -----

Foram apresentadas duas listas, lista A (doc. n.º 7 anexo a esta ata) e lista B (doc. n.º 8 anexo a esta ata), que colocadas a votação por escrutínio secreto, verificou-se o seguinte resultado: -----

LISTA A (PS) - nove (09) votos favoráveis -----

LISTA B (PSD/CDS) - onze (11) votos favoráveis -----

Abstenções - uma (01) -----

Realizada a votação, e de acordo com o método D'Hondt, foram eleitos os seguintes Membros **Efectivos**: Carlos Quintino (PSD/CDS), Francisco Oliveira (PS), Carlos Vieira (MIPA), Leonardo Paço (PS). -----

Suplentes PSD/CDS: Helena Simões, Luís Afonso, Adriano Ferrão. -----

Suplentes MIPA: Carlos Mendes. -----

Suplentes PS: Carla Vieira, Domingos Coelho, Carla Madeira. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação o ponto um da ordem do dia. -----

VOTAÇÃO DA ATA DE 15/11/2021: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Helena Simões. -----

Votos a favor: vinte e dois (22): Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Silva, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes,



Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A ata foi aprovada por maioria. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, pelo que não votaram. -----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da Taxa de lançamento de Derrama para o ano 2022 em 0% para todos os sujeitos passivos;----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25), Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Silva, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2021 em 0.3% para prédios urbanos; --

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Inês Mendonça: "Esta minha intervenção está também relacionada com o ponto dois, porque se tratam ambos de tributos e em primeiro lugar gostaria de felicitar e congratular o executivo neste recuo que fez em alterar a proposta inicialmente apresentada, porque se bem nos lembramos a proposta inicial era aumentar tanto a taxa da derrama como o IMI. Acontece que, em sessão camarária essas duas propostas foram chumbadas por toda a oposição e portanto, também aqui a oposição



demonstrou que podemos ter opiniões e posições muito divergentes sobre os mais variados temas, mas no que toca ao aumento de impostos, numa altura destas fomos unânimes em dizer não, já chega. Perante esse cenário, perante o que aconteceu nessa reunião de Câmara, era facilmente previsível que em sessão de Assembleia Municipal essas propostas de aumento de impostos também não vencessem. Por isso, esses pontos foram e bem, retirados da ordem do dia para uma melhor reconsideração ou reapreciação. Vêm agora estas novas propostas que são de manter a taxa da derrama nos zero por cento para as empresas e o IMI no mínimo legalmente admissível, zero virgula três por cento. Quanto a isto, já disse que congratulamos, porque não temos problema nenhum em reconhecer quando o executivo também faz bem, dizer apenas que numa altura destas, de pandemia, que infelizmente parece que é uma palavra que não sai do nosso vocabulário, falar em aumento de impostos numa altura destas é altamente prejudicial, nefasto e contraproducente para os albufeirenses. Primeiro, porque quanto às empresas, todos sabemos as dificuldades que as empresas que conseguiram sobreviver estão a passar. Ainda ontem vi uma reportagem na SIC, feita na baixa de Albufeira, junto dos empresários, nomeadamente da restauração, que falava exactamente disso. Porque este ano não vai haver festa de passagem de ano, e bem, todos concordamos com isso, por uma questão de segurança sanitária, mas era uma altura importante para os comerciantes, seja restauração, dos bares, seja de que comercio for, era uma altura importante para terem algum fôlego, algum conforto para depois fazerem face a um inverno penoso que é aquele o inverno das cidades turísticas, nomeadamente o de Albufeira, que é uma cidade turística. Aumentar a taxa da derrama seria um convite às empresas para fugirem daqui, claramente. Quanto ao IMI, também aumentar a taxa do IMI seria nefasto, porque as famílias também estão a passar por muitas dificuldades, vários membros ficaram sem emprego e muitos ainda não conseguiram recuperar esse emprego, outros conseguiram manter o emprego, mas muitos à custa de cortes salariais e dizer a essas famílias que vamos aumentar o IMI, não me parece que fosse uma notícia muito bem recebida. Sendo que o aumento do IMI acaba por bater a todos, por assim dizer, porque efectivamente os proprietários é que têm essa obrigação, mas depois irão necessariamente fazer reflectir no aumento das rendas, portanto, mesmo quem não é proprietário e é arrendatário iria sofrer com mais esse sacrifício. A propósito disso, Loulé também saiu uma notícia sobre isso, decidiu que em dois mil e vinte e dois iria manter os impostos no mínimo que a lei permite. A



fundamentação que foi dada pelo município de Loulé é que o objetivo é apoiar as famílias e o tecido empresarial do concelho. É apoiar os empresários e a economia local, para que as famílias se estabeleçam naquele concelho e as empresas também coloquem a sua sede naquele concelho. Penso que é isto também que os albufeirenses, seja qual for o executivo que está à frente da Câmara, querem neste momento e que esperam ouvir. De facto, aumentar os impostos é o caminho mais fácil, mais rápido, mais direto mas também é o menos criativo. Existem várias soluções, várias alternativas, nomeadamente fazer uma melhor gestão dos gastos, tal como fazemos no nosso próprio orçamento, em casa e também fazer uma melhor gestão de toda a máquina da Câmara, ou seja, fazer uma melhor gestão dos recursos que a Câmara dispõe, sejam eles físicos, sejam eles humanos e isso passa em primeiro lugar por uma melhor organização, porque organização trás eficiência e trás rendimento e trás riqueza. Isso sim, trás riqueza, aumentar os impostos não trás riqueza, pode trazer mais dinheiro para o erário público, mas causa sem dúvida nenhuma o empobrecimento da população. Daqui retiro duas lições que considero que são importantes, a primeira é que de facto, não é imprescindível aumentar os impostos, como vimos, porque o executivo arranjou uma alternativa. A segunda é que é importante que antes da preparação e da elaboração do orçamento, ou seja, no momento prévio e de forma atempada, essencialmente de forma atempada, se promova o trabalho em grupo de todas as forças políticas, para que todas as forças políticas possam dar o seu contributo e apresentar propostas e soluções, porque não há dúvida nenhuma que em conjunto pensamos melhor. E todos os grupos que têm assento tanto aqui na Assembleia como na Câmara todos têm mais-valias e todos têm contributos, não tenho dúvidas nenhuma disso, importantes para dar. Porque todos nós, antes de sermos deputados somos albufeirenses e todos nós queremos, apesar disto ser um slogan que é da autoria do Senhor Presidente, mas todos nós queremos fazer da cidade de Albufeira a melhor cidade do mundo para viver." -----

Carlos Quintino: "Queria dar aqui algumas notas, a primeira nota vai no sentido de que nem todos os vereadores da oposição neste ponto votaram contra em reunião de Câmara, só para esclarecer, alguns deles estarão presentes e poderão confirmar, houve vereadores que se abstiveram. A segunda nota diz respeito àquilo que eu acho ter sido uma sensibilidade social por parte o executivo do município, embora o município sentisse aquilo que era a necessidade para que pudesse estar capitalizado no



sentido de poder continuar a fornecer os apoios que foram brutais, no ano de dois mil e vinte, dois mil e vinte e um. Queria só relembrar alguns dos apoios que foram concedidos, porque nunca é demais, o executivo municipal conferiu no ano que termina e em dois mil e vinte, concretamente no combate á pandemia quatro ponto dois milhões de euros. Às associações e clubes, incluindo as IPSS, aos taxistas, à comunidade educativa, à gratuidade dos transportes urbanos, às empresas através de um fundo de apoio empresarial, ao Centro de Saúde, estes apoios somados quatro ponto um milhões de euros. Ou seja, um total em números redondos de apoio direto às pessoas de oito ponto três milhões de euros, mais as isenções nas habituais receitas, na isenção das tarifas de água, águas residuais e resíduos sólidos, da ocupação da via pública, dos transportes e das rendas, recorde que foram dois ponto cinco milhões de euros. Recorde também que estava previsto um encaixe naquilo que seriam os anos normais referentes às transacções de onze ponto três milhões de euros e que não aconteceu, ou seja, resultou também uma falta de receita de cerca de treze ponto oito milhões de euros. São muitos milhões de euros, mas o que é certo é que este dinheiro foi investido nas pessoas, nos albufeirenses. E o total da despesa e da perda da receita foram vinte e dois milhões de euros. Perante isto, perante um investimento feito por parte do executivo, nas pessoas em dois mil e vinte, dois mil e vinte e um, que foi direto de onze milhões de euros e, sabendo este executivo, perante aquilo que é a situação pandémica a agravar-se, que poderá ter que fazer um investimento igual ou superior, nas pessoas, tinha este executivo a intenção de poder, com o aumento do IMI, encaixar mais receita. Não é um imposto generalizado, é um imposto sobre as propriedades. Parece-me que a oposição não percebeu isso, ou algumas pessoas da oposição não perceberam isso. Eu não queria deixar a excelentíssima Assembleia de realçar que nós vivemos em Portugal e todos vemos, mês sim mês não o Governo Socialista aumentar impostos. Passamos todos por isso, nós vemos aqui ao lado, municípios, quando Albufeira não aumenta o IMI desde dois mil e dezasseis, municípios com gestão por parte do Partido Socialista, caso de Olhão, com zero trinta e oito por cento, o caso de Lagoa, com zero trinta e seis, o caso de Portimão, o grande bastião socialista a nível autárquico do Algarve, com zero quarenta e três por cento. E a minha pergunta é muito simples, para uns serve e para outros não serve? Essa é a pergunta que fica no ar." -----
Leonardo Paço: "Acho que o deputado Carlos Quintino fez confusão, quando diz que nem todos votaram contra. Os vereadores não permanentes votaram todos contra a



subida de impostos, não votaram foi todos contra o orçamento. Por outro lado, a pergunta que queria colocar ao Presidente, depois deste discurso do deputado Quintino, é se tendo em conta o investimento todo que se vai fazer e o que deixamos de ter de receita, se no futuro, no ano que vem, a Câmara vai deixar de fazer obras, ou se vai deixar de apoiar as pessoas?" -----

Domingos Coelho: "Perguntava ao deputado Carlos Quintino se nos concelhos onde não está previsto e não houve aumento de impostos se houve ou não Covid?" -----

Inês Mendonça: "Gostava só de esclarecer uma coisa, já tinha dito na última Assembleia Municipal que, eu própria Inês Mendonça, quer a bancada do Partido Socialista concordamos com os apoios que são dados aos municípios, quer pessoas singulares, quer pessoas colectivas, nomeadamente falou-se no caso das associações. Agora, onerar, sacrificar, engolir as pessoas com impostos não é apoiar e não é ajudar. Porque nós não podemos dar com uma mão e tirar com a outra. Como eu disse, existem alternativas para se conseguir obter receita, várias alternativas, outras vias, mais difíceis, dão mais trabalho, tem que se pensar mais, é verdade, mas existem outras alternativas por forma a que o município consiga arrecadar mais receita e através dessa receita depois canalizar parte dela para os apoios, que são necessários nesta altura de pandemia, ajudar as famílias, ajudar as empresas. Por isso mesmo é que eu li aquela notícia que saiu sobre a Câmara Municipal de Loulé, que decidiu não aumentar os impostos, precisamente com o objectivo de apoiar e de ajudar os municípios de Loulé." -

Carlos Quintino: "Em relação às abstenções, eu referia-me ao orçamento, para ficar devidamente esclarecido. Caríssimo amigo e deputado municipal Domingos Coelho, claro que houve Covid, houve Covid em todo o país, naturalmente, agora, se formos verificar aquilo que foi o valor monetário de apoio às pessoas, aí chegará à conclusão que eu cheguei, que é bastante inferior do ponto de vista proporcional ao número de população, ao número de habitantes, do que aquele que foi dado pelo município de Albufeira, sugeria que fizesse esse exercício, recorde, em termos proporcionais. No que diz respeito àquilo que é a possibilidade de obter receita sem aumentar impostos, daquilo que tenho conhecimento e penso que esta Assembleia também terá, porque foi transmitido numa das sessões pelo Senhor Presidente da Câmara, o executivo está a fazer um esforço no sentido de poder obter receita noutras áreas de atuação, nomeadamente na questão das obras particulares, onde o senhor Presidente referenciou que está a haver uma série de reformulações do ponto de vista dos



procedimentos, que poderão ocorrer a médio prazo, no sentido de desbloquear, dentro da legalidade naturalmente, alguns processos que depois resultarão nessas receitas. Sei também que, a nível daquilo que é operação da água, nomeadamente aquilo que são as perdas inerentes ao seu abastecimento e que ocorrem em todos os municípios, também está a ser realizado um estudo pormenorizado, que nos vai dizer efetivamente onde elas ocorrem, para podermos acabar com elas. Isto são dois exemplos daquilo que é o esforço do município nestas duas áreas, haverão certamente muito mais, não vou estar aqui a elencar, o senhor Presidente terá oportunidade de o fazer, para o encaixe da receita sem ter que aumentar impostos. É preciso vermos o seguinte, mesmo sendo este orçamento um orçamento que não aumenta esses impostos, não deixa de ser um orçamento que tem investimento nas mais diversas áreas. Quando formos falar das Grandes Opções do Plano eu gostaria de evocar algumas áreas nesse sentido. Uma autarquia não se pode pautar por aquilo que é um desequilíbrio orçamental, isso parece-me absolutamente basilar. E, tendo já estado no executivo e, nos oito anos que estive, estive em alturas boas e alturas más, do ponto de vista orçamental, do ponto de vista financeiro, estive naquele executivo que foi abrangido pelo PAEL, percebo a preocupação do executivo de não chegarmos a esse ponto. Era isso que eu vos queria deixar à consideração." -----

Domingos Coelho: "Relativamente aos orçamentos, aos apoios entre os diversos concelhos, levar-nos-ia muito longe fazer essa comparação, para dizer, por exemplo, que Loulé tem um concelho muito mais difícil de governar, tendo em conta do litoral à serra, um concelho muito mais vasto, com mais dificuldades de mobilidade, de funcionamento, com uma maior dispersão demográfica e Loulé nunca aumentou os impostos, nem teve nessa previsão e penso que também teve apoios à situação do Covid, tal como todos os concelhos. Eu não estou a dizer que Albufeira teve mais ou menos, não tenho esse conhecimento, não gosto de jogar com números que não domino. Mas, por acaso há três números que eu já trabalhei e tem a ver com o valor orçamental do município a dividir pela sua população e, desse rácio dá, por exemplo, em Lagoa, mil e novecentos euros, Albufeira dá dois mil e duzentos euros e Faro dá mil e quinhentos euros, ou seja, dividindo o valor orçamental pela população residente, isto quer dizer que Albufeira sempre viveu com muita receita, ainda bem, o problema é que se habituou a viver com muita receita e não criou estruturas para estar preparada para situações de maior dificuldade. Daí a transição de saldos de setenta e oitenta milhões,



ainda bem. Quando surge a primeira dificuldade vamos aumentar os impostos, então para que serviram esses saldos tão fortes anteriormente? Para que serviu a estabilidade financeira? Há pouco tempo ainda se dizia que era um município com grande credibilidade na sua gestão financeira. Mas à primeira dificuldade aumentam logo os impostos?" -----

Carla Vieira: "relativamente aos apoios às famílias e às empresas naturalmente que a Câmara também tem a função social e a função social é exactamente isso. Relativamente à questão da pandemia e do acrescido apoio dado às famílias e empresas, talvez possam evocar relativamente ao ano de dois mil e vinte, mas quanto ao ano dois mil e vinte e um parece-me que a história será um bocadinho diferente, uma vez que estamos em plena pandemia e ainda vamos estar em plena pandemia e certamente que o orçamento que foi aprovado há cerca de um ano atrás e que terminará a sua execução no próximo dia trinta e um, nos levará a crer que as coisas não serão assim tão diferentes. Contudo, existiram aqui alguns comentários da parte do deputado Carlos Quintino que falou em números que efectivamente eu desconheço, mas que não sei se terá alguma informação privilegiada, porque o ano também ainda não terminou, ou não. No entanto, a verdade é que relativamente à questão da receita, temos que equacionar o seguinte, primeiro, os serviços camarários, nomeadamente o serviço que mais gere receita no município que é as obras particulares, quer a gente queira quer não, está há cerca de dois anos completamente emperrado. Portanto, não funciona. É verdade, isso tenho conhecimento próprio, por questões profissionais que já está a andar um bocadinho mais, já está a haver uma resposta mais célere, contudo, dois anos de atraso de não resposta gera naturalmente a um desequilíbrio que deve-se não só à pandemia mas também à forma como o próprio departamento funciona. Recordo aqui, também que uma das formas que o município terá necessariamente lançar mão é ao facto de na página cento e oitenta e seis do anuário dos municípios do anos de dois mil e vinte, existirem dívidas à Câmara Municipal no valor de trinta milhões de euros. Eu pergunto ao senhor Presidente que diligências é que foram tomadas, ou que estão a ser tomadas, ou que estão a ponderar ser tomadas para recuperar este valor do erário público?" -----

Adriano Ferrão: "Esta minha intervenção tem um pouco a ver com a forma e depois quero ser muito resumido e quero falar de maneira a que as pessoas que estão até por trás daquela camara possam compreender. A forma que foi aqui apresentada pelo PS é



redundante, que se lermos a proposta da Câmara, por isso vai falar no mesmo, que tentado capitalizar aqui algumas empatias, inicia por um lado valorizar o executivo mas por outro lado realça o chumbo fantástico que a oposição colocou. É uma forma jovial de colocar a coisa. Depois, queria falar para que as pessoas compreendam que o que se está a passar e valorizando toda esta proposta que realmente mantém os valores das taxas nos mínimos, é um esforço enorme, que há que enaltecer, da Câmara para manter estes apoios e estes benefícios aos munícipes, quando se gasta mais do que se recebe. Neste momento, a Câmara pode estar a gastar mais do que se recebe e esse esforço é a partir daquilo que são reservas orçamentais. As reservas orçamentais funcionam como uma poupança, ora como já falaram aqui nas famílias, como em qualquer família, se esgotarmos as poupanças e continuarmos a gastar, vamos ter dívidas. E ninguém quer novo PAEL neste município. Porque quanto ao novo PAEL sabemos quais são os prejuízos, todas as taxas estão no máximo até que esse PAEL se pague. Por isso, é nesta situação em que o município se encontra, vai necessitar de receitas, desta vez ainda se apoia, precisamente, nestas reservas orçamentais que ainda existem e depois claro, há que ter responsabilidade e pensar mais adiante, que isto também se vai pagar.” -----

Helena Simões: “Gostaria de questionar o deputado Domingos Coelho, se as contas que fez por habitante foi com base na população registada ou se com base na população flutuante e na população não registada. Porque sabemos efetivamente que em Albufeira temos os serviços dimensionados para uma determinada população e que efetivamente no verão e em épocas altas, o serviço tem de ser redireccionado, logo os custos são aumentados obviamente, pelo que gostaria apenas e só, que fosse esclarecido se efetivamente esses cálculos são por habitante ou tem em consideração a população flutuante, porque recordo que não há muito tempo, há menos de seis meses estávamos aqui a discutir a formula de cálculo de Covid, se era por habitante, se os não residentes inflacionavam, não inflacionavam e, infelizmente, Albufeira passa a vida a pagar pela medida grande, pela consequência da população que tem flutuante. Esta é a primeira questão, a segunda questão, sendo mulher e fazendo a gestão financeira da minha casa, não poderia deixar de ter a simpatia pelas palavras da deputada Mendonça, no entanto, também sou empresária, também sou proprietária de imóveis e direi o seguinte, a derrama é sobre o lucro das empresas, ainda que eu não o defenda, efectivamente é um imposto que não irá onerar o munícipe que seja trabalhador



dependente, irá onerar sim as empresas que tenham lucros. E estranhem-se, as grandes sociedades de advogados já tinham todas alinhadas uma série de atas para mudar as sedes sociais das empresas daqui para outro lugar qualquer que não se pagasse derrama, ou seja, efetivamente as empresas têm lucro, mas não participam o lucro nos lugares onde gerem, onde criam esse lucro, o que para mim também é um tanto o quanto estranho. Segundo, o IMI é um imposto sobre o património, em que recorde que os imóveis abaixo de noventa mil euros não são tributados, em que existem isenções para habitação própria permanente durante um período de anos, consoante o valor patrimonial do imóvel, em que existe também no código do IMI forma de jogar mão a um benefício fiscal face ao número de dependentes que o proprietário tenha a seu cargo. Direi mais, poderemos eventualmente pensar em outras opções que não sejam tão redundantes ou tão simplistas como aumentar impostos de uma forma transversal, podemos, a lei fiscal prevê criar zonas diferenciadas consoante a localização do imóvel em que será taxada a taxa mínima ou a taxa máxima, sabendo nós em Albufeira onde estão maioria dos proprietários estrangeiros, não seria assim tão difícil criar essa diferenciação, no entanto implicaria um levantamento por parte do executivo. Mas essa possibilidade existe na lei fiscal e passa também por esta Assembleia criar esse diferenciamento, no entanto tem de advir do executivo. No entanto, como disse, como proprietária de uma empresa e como proprietária de um imóvel, onde resido, não poderia deixar de passar o momento, de agradecer a este executivo, por ter removido, ter voltado atrás na proposta de aumento de impostos, porque obviamente eu como proprietária pagarei menos e como empresária, infelizmente, pagarei menos também." -----

Raul Ferreira: "Tendo em conta o seu pedido vou ser breve e vou sintetizar aquilo que penso. Como sabem, faço parte do movimento independente e por esse motivo não vou entrar na guerra rosa e laranja que tem havido, vou manter alguma distância. Contudo, não quero deixar de felicitar o executivo por ter voltado atrás na medida que inicialmente tinha pensado. Como é óbvio o aumento de impostos é o caminho mais fácil, é o caminho mais simples para arranjar receita, quando nós sabemos que existem outras formas de o município arranjar a receita que necessita para a sua função social e para que funcione na sua plenitude, nomeadamente com o arranjo das condutas de água, com o benefício de agilizar todo o setor das obras particulares, como já foi dito, com a cobrança de dívidas, melhorando o setor jurídico, de forma a que os processos



corram de forma mais célere e que não haja tanta prescrição a ser invocada pelos particulares, porque infelizmente este município deixa os processos judiciais e processos de cobrança prescreverem em benefício dos particulares devedores, essa é uma situação que tem de ser revista. Espero que este recuo, nesta situação dos impostos funcione como um doping legal, um doping que leve a Câmara a reinventar processos de se financiar e de tornar aquilo que desejamos, Albufeira uma cidade melhor, mais bonita, mais atraente, em que se possa viver com mais qualidade.” -----

Domingos Coelho: “Só para lembrar à deputada Helena Palhota que se bem me lembro, Loulé e Lagoa também têm turismo, também têm população flutuante, por outro lado e para rematar os impostos, será que o executivo PSD em Setembro não tinha conhecimento da situação financeira da Câmara, já que no seu programa eleitoral não apareceu em lado nenhum uma nota em relação a um possível aumento de impostos, não em setembro, mas sim em outubro, um mês só.” -----

Carlos Quintino: “Não é resposta, não há aqui nenhuma picardia, só a título de esclarecimento, todos sabemos que Albufeira é altamente atípica porque consta registado quarenta mil e nunca temos menos de sessenta mil, a partir da Páscoa aumentámos para oitenta e vamos aumentando e em Agosto chegamos aos quatrocentos mil. Poderão dizer que Lagoa também, mas não tanto, que Loulé também, mas não tanto, que Portimão também, mas não tanto. Isto não sou eu que digo, procurem os estudos que estão na internet. Da mesma forma que o anuário financeiro de dois mil e vinte a determinada altura tem um quadro, R5, que diz, “municípios que em dois mil e vinte apresentaram maior peso de receitas provenientes de impostos, taxas, licenças, no total da receita cobrada”, primeiro lugar a nível nacional Loulé, que foi aqui amplamente citado como exemplo. Primeiro lugar a nível nacional, segundo Lisboa, terceiro Cascais, quarto lugar Portimão, o bastião socialista do Algarve em termos dos municípios, vamos por aí abaixo Porto, Almada, oitavo lugar Lagos, vamos por aí abaixo, chegamos a Albufeira, vigésimo lugar. Portanto, contra factos não há argumentos.” -----

Sílvia Dias: “Como o ditado popular diz, muita parra pouca uva. Sem o aumento dos impostos não vamos ter apoio aos nossos munícipes? Tanto de apoios sociais como serviços? É só isso que eu gostava de saber.” -----

Presidente da Câmara: “Ninguém gosta de aumentar impostos, não é de vontade de ninguém, nem é como alguém disse “o mais simples de fazer”, a questão de pensar e



trabalhar comigo isso não tem grande problema. No entanto era uma forma, conforme a deputada Sílvia disse agora, saber se está em perigo o apoio às pessoas, claro que não está em perigo, mas estará em perigo e já esteve, aqueles vinte e dois milhões de euros e são contas feitas com algarismos, não gosto de falar com o palpite do talvez, contas feitas com números contabilísticos, com receitas e despesas, todas as reuniões de Câmara, por exemplo vão cedência de apoios a várias entidades, quer públicas quer privadas. Alguém falou na função social da Câmara, evidentemente que é uma função social de competência e também tem uma versão social de ética, eticamente responsável, não sendo competência formal. Chegou-se a falar e não está longe disso poder vir a acontecer, o Senhor Presidente da República chegou a alertar a situação, que muitos municípios estariam a ultrapassar as suas competências e não tenho dúvida que o tenham feito, no sentido dos apoios à sociedade, à comunidade onde vivia. Não faz parte da competência, por exemplo, do município de Albufeira ou de outro qualquer, e não estou a individualizar e a personalizar o caso de Albufeira, evidentemente que isto é sensível a todos os outros, cada um apoiou das formas como entendeu, das formas como pode e cada um tirou mais inovação, mais iniciativa ou menos iniciativa, cada caso foi um caso e não houve casos iguais em termos do apoio que os municípios puderam dar às suas comunidades. Mas faço lembrar que atribuímos setecentos e oitenta e três tablets aos alunos do terceiro ciclo do ensino básico, e atribuímos cento e dez portáteis aos alunos do ensino secundário. Não era da responsabilidade dos municípios, era da responsabilidade do Ministério da Educação que prometeu a cada aluno um computador e isso não aconteceu. Só para dar um exemplo, nós chegamos a dar mascarar e álcool gel à GNR, à Brigada de Trânsito, para não falar dos Bombeiros, Santa Casa da Misericórdia, a todas essas IPSS que são associações que fazem um trabalho espantoso, mas também ao Centro de Saúde, por exemplo. Ainda há dias dizia, meio a sério meio a brincar que só há duas entidades que nunca nos pediram dinheiro, que foi as duas que estão aqui ao lado, o Tribunal e as Finanças, esses não pedem nada a ninguém, por alguma razão é. Agora, dizer que aparece uma dificuldade e vamos logo aumentar os impostos, desculpe lá Domingos, isso não é verdade. Há uns anos tivemos que aumentar os impostos até nas taxas máximas, quando tivemos de recorrer ao PAEL e faço lembrar que nessa altura tínhamos contratualizado com o Governo vinte e cinco milhões de euros e conseguimos reduzir a despesa por forma que o PAEL só foi dezoito milhões de euros, conseguiu-se



pagar isso tudo, inclusivamente o chamado equilíbrio financeiro que era através de empréstimos bancários, a Câmara de Albufeira contratualizou com dois bancos, dois empréstimos de sete milhões de euros cada, estava no Tribunal de Contas e na altura telefonei para o Tribunal de Contas e disse para devolverem porque já não precisava. Isto foi uma amostra de, nessa altura conseguirmos resolver as situações, estes vinte e dois milhões de euros, parece que há dúvidas sobre esses números, esses números como digo, são da parte financeira, da parte contabilística e não estou a dizer que é num ano económico, é num ano e meio, decorreu entre o principio de março até agora, quando se fala em vinte e dois milhões não é apenas os apoios, é apoios diretos mas também, conforme o deputado Carlos Quintino disse e bem, mas também a quebra de receita relativamente a outros aspectos, taxas. Evidentemente que esses vinte e dois milhões dariam para ter feito alguma coisa, com certeza que não iam ser esbanjados, evidentemente, quando não temos não podemos fazer por forma para evitar que fiquemos novamente endividados tal e qual como estávamos na crise financeira de dois mil e sete, dois mil e oito. Nós já passamos por uma crise, continuamos a passar por outra, o objectivo deste aumento de impostos, evidentemente que há outras formas, evidentemente como já várias pessoas falaram aqui das obras particulares. Vou repetir novamente, é minha intenção, até ao final de junho ter a questão das obras particulares em dia, já disse isso várias vezes e vou assumi-lo e vou fazê-lo, custe a quem custar. Poderão dizer, antecipa-se, poderá não vir mais dinheiro nem menos dinheiro, mais receita ou menos receita, faz-se uma antecipação da receita. Evidentemente que se uma escritura, se agilizarmos o processo, supomos que os prédios estão para vender, a licença de utilização é necessária para fazer a escritura para haver o IMT, mas em vez de vir em janeiro só vem em agosto, mas não deixa de vir. Pode, eventualmente, com as demoras, conforme as pessoas dizem, há investimentos que podem não ser feitos no concelho, porque é muito moroso o tratamento processual dos investimentos, não tendo objectivamente a certeza que isso possa acontecer, até acredito que possa vir a acontecer. Entendemos retirar isto da Assembleia, porque conseguimos fazer a leitura de que realmente não estaria bem enquadrado, não vem agora com isto nenhum mal ao mundo, não vamos agora cortar os apoios às IPSS, para cortar a alimentação aos mais carenciados, não vamos cortar o apoio ao arrendamento para aqueles mais carenciados em termos de habitação, não vamos cortar uma série de apoios que se dá a associações. No concelho de Albufeira,



mesmo com a crise, ainda não houve nenhuma associação que desistisse, que desaparecesse, que pedisse a extinção. É bom sinal, é sinal de que houve formas diferentes de ajudar e lembro perfeitamente, por causa dos combustíveis, na outra crise, a forma que encontramos para apoiar os grupos desportivos nos transportes, isso tudo se resolveu e tudo se equilibrou. Para finalizar, ninguém gosta de aumentar os impostos, na certeza porém, que desde dois mil e dezasseis que o município de Albufeira tem todos os impostos no mínimo possível. Isto também tem de ser dito, são os quatro anos que os Albufeirenses ou receberam mais por via do IRS, porque não é descontado cinco por cento, é descontado zero por cento. Ou não pagaram tanto por via dos direitos de passagem, que a taxa é zero por cento, ou não pagaram tanto por via do IMI, porque a taxa esteve no mínimo estes quatro anos, zero trinta e a derrama, as empresas também não tinham nada taxado. Portanto, todos esses impostos estavam no mínimo e vão continuar no mínimo, mas a opinião, a forma de ver, com certeza que é diferente, ninguém é igual, cada um tem a sua forma de pensar. Sobre o número de pessoas, com certeza que se temos um número de quatrocentos, temos de ter as infra-estruturas criadas para quatrocentos mil ou quinhentos mil pessoas que estão no concelho de Albufeira, o que não acontece no município de Lagoa." -----

O Presidente da Assembleia colocou a votação a continuação dos trabalhos uma vez que atingiram a hora de encerramento, vinte e duas e trinta, o que foi aprovado por maioria. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25), Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Silva, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos quatro e cinco e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, conforme alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, das Grandes Opções do Plano 2022-2026; -----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, conforme as alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, do Orçamento e Plano Plurianual 2022-2026, incluindo o Mapa de Pessoal, Plano de Recrutamento e o Quadro Plurianual de Programação Orçamental; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Madeira: "Queria dizer que, depois de estudar aquilo que foi trazido de novo do GOP, tinha algumas perguntas que não tem a ver necessariamente com a importância ou não, mas com a disparidade de valores que temos aqui e são duas questões que me dizem respeito, que me tocam mais, por serem causas que eu sempre defendi. Uma tem a ver com a cultura e outra com o bem-estar animal. Tenho uma pergunta que gostava de fazer ao executivo que se prende com a estratégia que o executivo terá no que diz respeito à promoção da cultura e à valorização do património do concelho. Tenho assistido nestes últimos tempos que tem havido alguma movimentação nesse sentido, não terá sido tanto quanto gostaríamos, todos sabemos que a cultura é a identidade do povo e nós temos perdido muito nesse sentido e achava que o executivo deveria de ter um bocadinho mais atenção a isso, nomeadamente ter aqui algumas rubricas ou atribuir valores mais expressivos a essas rubricas. Andei aqui às voltas e encontrei uma coisa que achei piada, uma transferência de uma verba destinada à requalificação do campo de tiro de Paderne, pela módica quantia de duzentos e treze mil euros. Gostava de saber quantos munícipes conhecem ou reconhecem a utilidade de um campo de tiro ou foram lá, ou vão lá, ou sabem onde é, ou se percebem para que aquilo serve. Naturalmente será para dar tiros, mas duzentos e treze mil euros parece-me um valor bastante alto tendo em atenção que nós temos um castelo que é património, que é aquilo que deveríamos dar atenção e prioridade, que teve aqui um orçamento de cinquenta e cinco mil euros. Parece-me que é só para sacudir o pó das muralhas, porque



não deve dar para muito mais do que isso. Depois temos a requalificação do moinho que foi alvo de um incêndio e que ardeu por completo, e que aqui, pasme-se zero euros. Não sei porque que vamos continuar a não olhar para estas coisas, para a cultura, para aquilo que é nosso e que é importante, não só para nós albufeirenses, munícipes, mas para o nosso turismo. Porque se nós queremos um turismo de qualidade temos de dar alguma qualidade, temos de dar cultura às pessoas, porque infelizmente Albufeira nem sequer um recinto para espectáculos tem. Depois temos galerias, bibliotecas, museus que servem para isso, para estarem abertos e basicamente se calhar entra lá duas pessoas por dia. Temos de aproveitar as infraestruturas que temos e começar a dar voz aos nossos poetas, aos nossos escritores, às pessoas que querem mostrar a sua arte. Acho que Albufeira tem pecado muito estes últimos anos, temos aberto a porta a outras coisas, nomeadamente ao turismo da noite, e já é tempo de começarmos a dar cultura, não só aos turistas, como aos próprios munícipes. Que é isso que interessa, nós temos que nos sentir bem e temos de gostar de estar aqui para podermos depois receber bem. Em termos de causa animal, ao ver o GOP e as rúbricas que estão destinadas aos animais começo a perceber que a Câmara, que o executivo está a construir a casa pela chaminé e não pela base, porque vejo aqui uma disparidade entre valores de coisas que realmente até são necessárias, mas quer dizer, temos cento e trinta e nove mil euros para um circuito canino, até aí tudo bem, os cães vão passear com os donos, temos quarenta e cinco mil euros para aquisição de uma viatura de assistência animal, seria um valor que se calhar não precisaria de tanto e depois temos, pasme-se uma verba de quinhentos euros para fazer tratamentos a animais. Quinhentos euros e eu gasto mais que isso nos tratamentos base com os meus cães e a colónia de gatos que tenho aqui à porta. Isto é quase que um desrespeito por quem espera do município uma ajuda no que diz respeito à saúde animal. Depois, pior ainda que isto, é que ainda não se percebeu que para não haver problemas na saúde animal e também na saúde pública, consequência disso, temos que esterilizar animais e as esterilizações aqui foi atribuído um valor de quinze mil euros. Ou seja, quinze mil euros, fazendo uma média de cem euros cada esterilização temos aqui cento e cinquenta animais. Eu digo-vos uma coisa, isto serve para nada, porque a verdade é esta, se nós não tivermos animais na rua não temos os problemas que temos a seguir em ir apanhar animais, ter um canil para ter os animais, etc. Estamos aqui a construir esta saúde animal, não pela base, que é a esterilização, que é o tratamento, mas por um



circuito, por uma viatura e pasme-se por um cemitério. Eu sou da causa animal, atenção, um cemitério que vai custar duzentos e vinte e dois mil euros. Eu não percebo para que é um cemitério animal, sendo que seria, e penso que toda a gente, até quem está na causa animal preferia que houvesse um centro de inceneração e os donos, quem quiser levar as cinzas dentro de um pote leva e ficamos por aqui. Na melhor das hipóteses ter um cantinho, para colocar essas cinzas, etc. Quando fui ver esta rubrica do cemitério dos animais, dá vontade de rir porque de duzentos e vinte e dois mil euros para um cemitério de animais temos, depois, para a nossa freguesia das Ferreiras oito mil euros para um cemitério de humanos. Isto é uma barbaridade. Mesmo eu estando na causa animal, defendendo a causa animal, acho que isto é uma barbaridade e devíamos de ter um bocadinho mais de consciência de que realmente é importante termos onde colocar os animais depois da morte, do abate, seja o que for, agora, é importante que se cuide das pessoas e oito mil euros por um cemitério face a duzentos e vinte e dois mil euros para um cemitério de animais, acho que isto é de bradar aos céus, portanto, é uma afronta sem dúvida nenhuma. Acho que devíamos começar a pensar na causa animal um bocadinho mais conscientes porque julgo que isto são números atirados ao calhas, sem qualquer planeamento e temos que planear estas coisas, estas coisas não podem ser feitas em vão, porque se começarmos pela base, que são, ajudar as pessoas a esterilizar para não colocarem animais no lixo, para não os abandonarem doentes, se começarmos a ter uma verba digna, não são quinhentos euros, é uma verba digna para fazer tratamentos a animais, porque que me serve uma ambulância que me vai custar quarenta e cinco mil euros, quando a seguir eu chego ao canil e meto o cão lá no canto porque não há dinheiro para o tratar. Isto é absurdo. Último ponto, queria saber em relação à digitalização dos processos e dos recursos que a Câmara tem, as infra-estruturas, o que é que está a pensar fazer para tornar isto mais eficiente? Temos aqui uma verba para a eficiência energética das obras do edifício do Páteo e não me parece que aquele edifício seja assim tão antigo, que necessite de um melhoramento de eficiência energética, na ordem dos duzentos e sessenta e sete mil euros. Por outro lado, temos um edifício que é o edifício principal que foi inaugurado em oitenta e nove e que também ou não foi solicitada este aumento de eficiência energética, mas vai-se investir no sistema AVAC. Fico por aqui, tinha aqui outras, nomeadamente, uma rubrica que achei a sua piada, temos trezentos e cinquenta mil euros em publicidade gasta e depois vou ver que a marca Albufeira tem zero euros



de investimento. Pergunto-me, esta publicidade é para quê? Se devíamos estar a publicitar Albufeira, a nossa marca, para que o turismo viesse, mas não, parece que aquela publicidade não embarca a marca Albufeira." -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, vou ser breve, este é um orçamento possível, perante o actual cenário político, mas continua a ser um bom orçamento, continua a ser um orçamento que investe nas pessoas e do qual eu gostaria de destacar alguns pontos. Gostaria de destacar um investimento previsto considerável na habitação por forma a solucionar em parte o problema da falta de habitação a custos acessíveis. Gostaria de destacar a ampliação da rede de transportes GIRO, a construção de passadiços Nascente Poente, a criação de um centro de rendimento desportivo, a implementação do tão ambicionado sistema de videovigilância, novos centros de dia e o Plano Estratégico Albufeira 2030, que alberga uma série de pontos importantes que os senhores deputados terão naturalmente conhecimento porque vem especificado na documentação. É o orçamento possível, mas é um orçamento que continua inclusive a assumir competências outrora do Estado e que o Estado se descarta mas que depois não acompanha com a transferência de verbas. Isso verifica-se nas mais diversas áreas e o que é certo é que o município de Albufeira vai acompanhando as necessidades nessas áreas, eu falo, seja a nível das escolas, seja a nível das praias, seja a nível da saúde e outras que por aí virão, uma daquelas que aqui se falou e que tudo indica que virá, será a questão da zona da Baleeira, que é, como deputado Adriano, meu colega de bancada disse, importantíssimo para o concelho, porque é a única rampa em que eu, com algum orgulho tive alguma participação na sua construção, enquanto vereador, que permite às pessoas que não têm a possibilidade de utilizar a grua da Marina terem acesso ao mar e que tudo indica, passará também para as competências do município de Albufeira. Portanto, este é um orçamento que vai ao encontro daquilo que são as necessidades das pessoas, das associações, dos clubes, das IPSS, da comunidade educativa, que implementa mais e melhores transportes urbanos, mais e melhor limpeza urbana, assim o Tribunal de Contas o permita, que ainda tem a seu cargo essa questão, mas estão previstos equipamentos mais modernos para a recolha e transporte de resíduos urbanos, menos emissores, menos poluidores, favorecendo o meio ambiente e naturalmente, todos nós. Portanto, é o orçamento possível, no actual cenário, mas é um bom orçamento para Albufeira, que eu queria qui realçar." -----



Carla Vieira: "Tenho três questões, a primeira questão ainda vem do ponto número três e peço desculpa de interpelar novamente o senhor Presidente, mas não me respondeu, quanto à forma de procedimento para recuperação dos trinta milhões de euros que estão a dever ao município, que procedimentos estão a ser feitos ou que irão ser feitos, que diligências serão feitas para cobrança rápida, porque precisamos desse dinheiro, para que seja a situação regularizada. Segunda questão, na página trinta e três do orçamento, está prevista uma despesa de setecentos mil euros para obras de reparação e beneficiação do edifício dos Paços do Concelho, pergunto que obras e que reparações são essas? Terceira questão, nos investimentos que o executivo se propõe a realizar, se está previsto alguma candidatura ou fundos comunitários, nomeadamente no PRR?"-----

Domingos Coelho: "Em relação a este orçamento, já agora uma palavra para o Senhor Presidente da Câmara, é óbvio que eu nunca pus em causa a boa vontade e o trabalho que a Câmara tem feito no sentido de ajudar como possível os munícipes. A questão que se pode por é, se é possível fazer mais e se é possível, em algumas situações poupar mais. Em relação a este orçamento, e já se falou aqui hoje muito de habitação, só para lembrar que este orçamento prevê para dois mil e vinte e dois quinhentos mil euros para habitação, ou seja, para conclusão dos fogos em Paderne e não mais. Hoje, penso que as autarquias para além deste apoio social, que obviamente está na sua génese, cada vez mais devem, penso eu, virar-se para a economia da região. Um dos problemas que o concelho tem e o Algarve, ainda há poucos dias saíram os dados da Pordata que revelava exatamente isso, menos dezasseis por cento de PIB para o Algarve, para Albufeira provavelmente será mais, porque a dependência do turismo em Albufeira é muito maior. Penso que o orçamento devia dar um sinal desta preocupação e desta aposta da Câmara, do executivo de parcerias com empresas no sentido de trazer empresas a investir, penso que temos condições, todo o Algarve em termos de clima, condições de habitação, de gastronomia, acessos. O Algarve não é só Albufeira, o Algarve não tem hoje praticamente uma indústria. Estive a olhar para o orçamento e encontrei duas ou três rubricas, penso que interessantes, um centro de inovação de indústrias criativas, o centro de distribuição de mercadorias e um parque industrial. Boa ideia, a questão é que só para dois mil e vinte e cinco, duzentos mil euros, trezentos mil euros e cem mil euros. O que eu gostava de encontrar aqui era um maior



investimento nesta área e penso que é uma boa ideia, penso que falta a formalização de verbas." -----

Presidente da Câmara: "Relativamente á Carla Madeira, as duvidas que tem, nomeadamente o Castelo de Paderne, cinquenta e cinco mil euros que estão lá contemplados, o Castelo vai ser uma daquelas transferências de competências que falamos há pouco e ainda não está devidamente formalizado. Estes cinquenta e cinco mil euros é a parte da Câmara sobre uma intervenção que vai ser lá feita, ainda sobre a égide da Direção Regional de Cultura, tal e qual como foi acabada uma outra há um ano e meio. Relativamente à questão do campo de tiro de Paderne, talvez as pessoas não conheçam, tem e recebe imensa gente, muitas pessoas de muitos sítios do país e de muitos sítios internacionais, Espanha que está aqui perto. Não é tão despiciente falar no campo de tiro de Paderne, tem uma boa localização, acho que é um aspeto que poderá vir a ser, cativar pessoas para o interior. Muitas vezes falamos muito na desertificação do interior, temos de ter alguma noção de algumas coisas que têm de funcionar no interior. Relativamente ao Moinho estar aí zero euros, ele vai ser recuperado, evidentemente, apenas não ardeu o tronco central que faz movimentar a vela, aliás eu próprio estive lá às sete da manhã, vi perfeitamente qual foi o estrago que lá está. Relativamente a este edifício, à eficiência energética, a questão do AVAC, quero dizer, como já disse no outro dia, aquele valor que esteve aqui na Assembleia há dias, de um milhão e duzentos mil, à volta disso, faço recordar que seiscentos mil euros são de um fundo, de uma candidatura. As candidaturas só poderão ser feitas à medida que os avisos vão sendo publicados. Ultimamente temos visto as candidaturas do Portugal 2020, o CRESC Algarve, temos observado que eles têm aumentado a sua participação, porque há precisamente municípios que não tendo executado sobra mais dinheiro e então como temos algumas obras bastante avançadas, vão sendo mais comparticipadas. Outro aspeto, é preciso ver que o orçamento é sempre uma previsão, muitas vezes os orçamentos têm valores às vezes parecendo, como a Carla Madeira disse, quase irrisórios, ridículos, comparativamente com outras coisas, mas é apenas e só para que a rubrica esteja aberta. Cada vez que se quer abrir uma rubrica nova, de um momento para o outro e isso acontece sempre, a qualquer momento, se nós entendermos no mês de março fazer um investimento que não estava previsto neste orçamento temos que fazer uma revisão orçamental, mas se já os tivermos pensado e pusermos vinte euros ou cinco mil euros este ano, já permite que se faça muito mais



facilmente. Os procedimentos vão ser agilizados nesse aspeto. Relativamente à questão da dívida que essencialmente as entidades privadas têm com a Câmara está a ser tratado judicialmente, que com certeza fará o trabalho inerente, algumas coisas poderão ser ultrapassadas um pouco no tempo. A questão da diversidade económica evidentemente que o Algarve, nomeadamente Albufeira, que não é um caso isolado, tem muita dependência do turismo, podendo e devendo ter dependência de outras atividades mais para o interior, nomeadamente agricultura, alguma industria que é possível fazer, esse campo industrial e comercial tanto pode ser para dois mil e vinte e cinco, mas lá está, é uma daquelas que havendo por exemplo financiamento para que isso possa começar a ser feito muito mais cedo, é feito muito mais cedo, tudo tem essa dinâmica. Um orçamento pretende-se que seja um pouco dinâmico e não estático, porque senão nunca mais saímos dali. Lembro que nas escolas, tínhamos há trinta anos orçamentos altamente estáticos e lembro o que se fazia no último dia do ano, quando não podíamos gastar o dinheiro numa rubrica que sobrava vinte contos, não se fazia nada de especial, mas fazia-se coisas que não deveria ser feito daquela forma, deveria ser feito de outra maneira. Portanto, isto não pode ser estático, tem de ser dinâmico." Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO QUATRO:-----

Votos contra: dois (02) Mónica Félix e Carla Vieira.-----

Abstenções: quinze (15) Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Inês Mendonça, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Luna Silva, Leonardo Paço, Sílvia Silva, Margarida Guilherme, André Lima, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----

Votos a favor: oito (08 Adriano Ferrão, Carlos Quintino, Helena Simões, Dário Pereira, Luis Afonso, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Carla Vieira apresenta e lê declaração de voto. (Doc. n.º 9 anexo a esta ata) -----

VOTAÇÃO PONTO CINCO:-----

Votos contra: dois (02) Mónica Félix e Carla Vieira.-----

Abstenções: quinze (15) Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Inês Mendonça, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Luna Silva, Leonardo Paço, Sílvia Silva, Margarida Guilherme, André Lima, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de



Paderne, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----

Votos a favor: oito (08 Adriano Ferrão, Carlos Quintino, Helena Simões, Dário Pereira, Luis Afonso, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Domingos Coelho apresenta e lê declaração de voto. (Doc. n.º 10 anexo a esta ata) -----

Carla Vieira apresenta e lê declaração de voto. (Doc. n.º 11 anexo a esta ata) -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Prestação de Serviços de Recolha, Transporte de Resíduos Urbanos, Limpeza Urbana, e Serviços Auxiliares no Município de Albufeira (Janeiro e Fevereiro)", com o preço base de 811.500,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: um (01) Luna Silva -----

Abstenções: cinco (05) Raul Ferreira, Carlos Vieira, Leonardo Paço, Margarida Guilherme e Carlos Mendes-----

Votos a favor: dezanove (19) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luis Afonso, Sílvia Silva, Carla Vieira, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Luna Silva: "Boa noite, quero cumprimentar todos os que estão presentes, aos deputados que estão por via zoom, e os demais que estão a ver-nos via Youtube. Relativamente a este ponto há que fazer uma breve introdução do que é a limpeza urbana, a limpeza urbana compreende limpezas manuais, mecânicas de arruamentos, de passeios, espaços públicos, limpeza de sarjetas e de grelhas, controlo de ervas nas zonas pedonais, limpezas de cartazes e de grafitis, o CHEGA considera que em Albufeira a limpeza urbana não é devidamente executada, pois as ruas desta cidade estão à vista de todos. Assim como a deficiência de recolha de resíduos, estas



considerações não fazem parte unicamente do partido CHEGA, são factos assentes e reclamados por várias vezes pelos nossos munícipes. Face ao exposto, o partido CHEGA vota contra, dado o valor exorbitante do ajuste direto, tendo em conta a má execução dos serviços prestados." -----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Prestação de Serviços de Transportes Urbanos de Albufeira - Serviço Giro - Linhas Verde, Azul, Vermelha, Vermelha 2 e Laranja", com o preço base de 1.103.098,50€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

André Lima: "Tenho duas questões, sei que é um ajuste direto, logo a questão é para esclarecer os munícipes em que ponto está o contrato. A segunda questão é visível para quem anda de Albufeira, que há muitas paragens, muitos dos abrigos não têm as condições mínimas que devem ter. Parece-me que o executivo, segundo sei, já o reconheceu, isso já está previsto no próximo contrato, a questão é quando? Quando é que os munícipes podem aspirar a ter abrigos, paragens condignas?" -----

Margarida Guilherme: "Boa noite a todos, esta contratação pressupõe já o alargamento das rotas do GIRO a Olhos de Água e Guia? Sim ou não? Depois, estive a ver o Plano de Mobilidade e dos Transportes, este Plano foi feito há cerca de quatro anos atrás, salvo erro, vi um documento longo sobre isto, e neste documento não se prevê a inclusão de Paderne e também neste ajuste direto que vai ser feito, uma nova contratação com a empresa que já está a prestar o serviço, a EVA, não está previsto abranger Paderne, a minha pergunta é, Paderne ao que me parece nestes anos todos que resido no concelho de Albufeira, fica sempre como o parente pobre, sempre para o fim, sempre de lado. Não consigo entender porque que o GIRO não tem uma rota até Paderne, se vamos alargar até Olhos de Água e se vamos alargar até à Guia, porque não alargar até Paderne? Qual é o problema que se passa com a freguesia de Paderne? Paderne precisa também de uma rede de transportes." -----

Presidente da Câmara: "O André Lima falou na questão do porquê dos ajustes diretos, é porque o contrato ainda não foi assinado, está em fase de entrega de documentação, terá que ir para o Tribunal de Contas e só depois é que entrará em funções. Qualquer



das maneiras, até pode não chegar a esse valor, pode até ser antes de chegar a esse valor, esperamos que sim, era bom que fosse. A questão das paragens e dos abrigos e tudo o resto em termos de frota, tudo isso terá de ser formulado e está incluído no caderno de encargos, vai ser tudo revisto e tudo novo. Relativamente ao alargamento, isto tem a ver com a sequência do contrato anterior, só quando o contrato for visado pelo Tribunal de Contas é que poderá ser o novo contrato que é o alargamento até à Guia e até às Açoteias. Relativamente a Paderne, é uma situação diferente, nada é igual e sabe perfeitamente o que estou a querer dizer, no entanto o problema de Paderne tem de ser resolvido de uma outra forma, não com o giro mas terá de ser de imediato arranjada uma solução para os possíveis passageiros de Paderne, isso irá ser, com certeza contemplado numa outra forma diferente." -----

Carlos Mendes: "Boa noite, senhor Presidente já agora explique-nos aqui qual vai ser a solução para Paderne. Se tem alguma ideia diga-nos para nós ficarmos a saber qual é a ideia futura que tem para Paderne, porque as pessoas para irem para Paderne, tem de haver transportes. Há bocado falou no Castelo, que se ia gastar um valor, no campo de tiro ia-se gastar outro, eu acho que em Paderne precisávamos de infra-estruturas, campo de tiro não é uma infra-estrutura que faça grande falta, gastava-se melhor o dinheiro a recuperar o Castelo e os acessos do que estar a gastar no campo de tiro. Sabemos nós como é o campo de tiro e como as coisas são feitas, se um dia quiser eu explico melhor ainda. Em Paderne se não temos transportes como é que as pessoas vêm, como é que as pessoas vão daqui para lá? Como é que o turismo vai a Paderne? Explique-me que eu quero saber. Não GIRO, e também não nos consegue explicar se há de hora a hora, se há de meia em meia hora, se há de duas em duas horas. O povo de Paderne merece, como a Margarida disse, mais um bocadinho do município. Ao fim destes anos todos que tem sido esquecido." -----

Presidente da Câmara: "Para responder ao deputado Carlos Mendes, com certeza que não tenho aqui a solução para Paderne, já e não é altura de a discutir, nem estamos a discutir nada disso. Eu disse é que terá que ser encontrada uma alternativa, não a questão do GIRO, para se fazer o transporte para Paderne. Com certeza que os padernenses e Paderne não são esquecidos. Basta ver o investimento que está para Paderne, com quarenta habitações, com o saneamento básico na zona de Matos de Cima e Matos de Baixo e Guiné, por aí fora, e nunca na vida foi feita tanta pavimentação de caminhos rurais em Paderne como tem sido nos últimos anos. Portanto, Paderne não



está esquecida nem vai ficar esquecida. A questão do Geoparque, em que somos aspirantes a Geoparque junto com parte do concelho de Loulé e parte do concelho de Silves, está inserido Paderne e vai ter investimentos precisamente nesse âmbito, portanto Paderne não está esquecido, pode ter certeza disso e os Padernenses descansem que não está nada esquecido." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25), Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Silva, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Proposta para "Apoio Financeiro à Comunidade Terapêutica "Horta Nova" - Caritas Diocesana de Beja", para custear o internamento de um munícipe de Albufeira; O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Luna Silva -----

Ausências: uma (01) Sílvia Dias -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente



da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

Luna Silva: "Relativamente a este ponto é essencial que se diga aqui que o CHEGA apoia e concorda que a Câmara Municipal contribua para a promoção de saúde e da doença dos munícipes, contudo, os valores apresentados são meramente indicativos, não havendo nenhuma referência quanto aos valores dos tratamentos e das despesas associadas ao apoio deste munícipe. Ainda, considera essencial para uma boa ponderação da votação, que não se faça apenas uma menção da percentagem da incapacidade física, que neste caso aponta para os sessenta por cento, sem se apresentar o devido certificado multiusos que comprove essa percentagem. Face ao exposto o CHEGA não considera ter os dados e as ferramentas suficientes para fazer uma boa ponderação a nível de voto, pelo que apresenta a sua abstenção." -----

Sílvia Dias: "Sai da sala porque sou da área, sou funcionária da Câmara Municipal de Albufeira, da Ação Social e trabalho com a Vereadora Cláudia Guedelha e elaboramos esta proposta em conjunto."-----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana, em vários locais, equipamentos e eventos do município de Albufeira", com o preço base de 1.275.002,00€ + IVA22;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, esta é uma área importantíssima portanto vangloriar aquilo que é a atitude da Câmara, de se propor a contratar vigilantes para as mais diversas áreas, por lotes e deixar uma simples recomendação, o caderno de encargos, na minha apreciação, porque também faço alguns noutras áreas está bem feito, não é isso que está em questão, valoriza o preço e a valia técnica e, dentro da valia técnica da proposta valoriza os processos relacionados com a proposta que devem estar certificados pela norma de qualidade NPENISO9001 em zero setenta e valoriza os comprovativos de que quem se propõe a concorrer promove o emprego jovem e o equilíbrio entre homens e mulheres zero trinta, muito bem, a minha recomendação e faço a título individual, porque não falei com a bancada sobre este assunto, vi isto agora, é que também seja valorizado o facto de os concorrentes serem munícipes do



concelho. Não sabendo se isto fere ou não, com alguma legalidade. O que eu sei é que quando há uma determinada proporção, zero setenta, zero trinta a proposta era que o zero trinta fosse desdobrada para zero dez, atenção, salvaguardando a questão de que não há nenhuma ferida legal nesta matéria e como mera recomendação.”-----

Presidente da Assembleia: “Assim à partida e sem ver a lei, de facto pode haver uma limitação da concorrência. De qualquer das maneiras há aqui uma recomendação, para o executivo tomar em consideração e naturalmente seria bom para dinamizar o emprego do concelho. Mas as regras da concorrência às vezes limitam este tipo de situações, de qualquer das maneiras ficou a recomendação dada ao senhor Presidente.” -----
Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: seis (06) Mónica Coimbra, Carlos Vieira, Luna Silva, Carla Vieira, Margarida Guilherme e Carlos Mendes. -----

Votos a favor: dezanove (19) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Silva, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Luna Silva: “O CHEGA promove a aplicação e o planeamento da instalação do sistema de videovigilância na cidade de Albufeira a fim de combater a criminalidade, proteger os cidadãos e proteger as nossas forças de segurança. No entanto, o que me faz votar na abstenção é que o ponto nove apenas refere instalações camarárias, como é o caso da Câmara Municipal, a Biblioteca e Edifícios Administrativos de Vale-Pedras, entre outros, ou seja, não existe aqui qualquer menção de instalações de sistema de videovigilância em zonas críticas da cidade, onde é prática recorrente da criminalidade, como é o caso da zona da Oura. Ainda os valores nos lotes não se encontram discriminados, não se sabe que tipo de videovigilância é aplicada nem a quantidade nem as zonas em concreto, por isso considerando também o valor base elevado e a não contemplação de instalação de sistema de videovigilância em locais críticos em áreas, em ruas perto de habitações onde existe criminalidade, o partido

CHEGA vota pela abstenção.”-----
Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Presidente da Assembleia: “Antes de saírem quero desejar um ótimo dois mil e vinte e dois, como dizia o poeta e cantor, para pior já basta assim, portanto, pode ser que dois mil e vinte e dois seja um pouco melhor que este dois mil e vinte e um que temos atravessado. Bom ano para todos.” -----

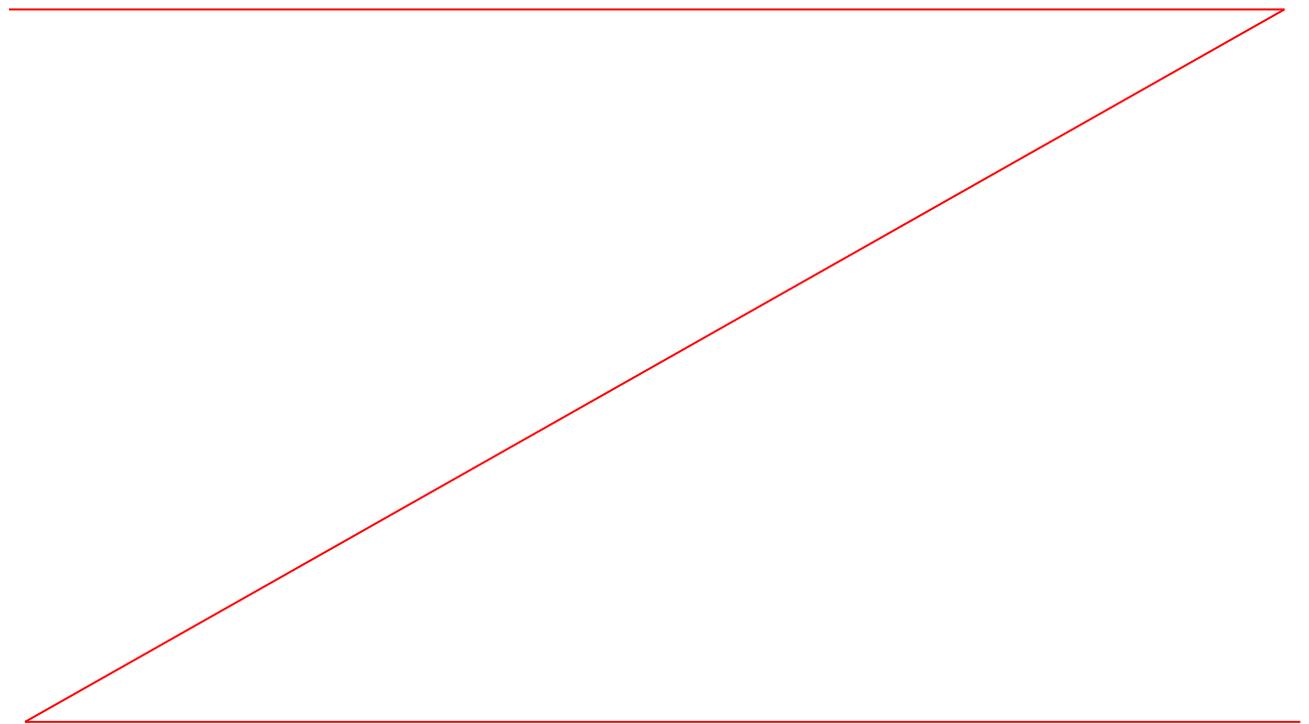
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:45 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 29 de Dezembro de 2021 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____



**Isabel Maria Piedade Alves Catatão**

De: Tomás Cavaco Ramos <tomas.fcr@gmail.com>
Enviado: Wednesday, December 29, 2021 1:58 PM
Para: Assembleia Municipal de Albufeira
Assunto: Questões para Sessão Ordinária da Assembleia Municipal 29/12/2021

Boa noite a todos,

Exmº Sr. Presidente,

E em particular, Exmº Sr. Vereador Ricardo Clemente, uma vez que detém o pelouro da Toponímia, coloco-lhe duas questões referentes ao mesmo:

1) Tendo em conta o crescimento horizontal da cidade, e do concelho, o que outrora era eficaz para serviços de localização e nomeadamente entregas, a utilização de caixas postais, atualmente tornou-se pouco prático e obsoleto, devido à crescente pressão urbanística.

Desta forma, para habitações que se encontrem fora dos eixos urbanos no concelho, quer em arruamentos não loteados nem urbanizados;

- Gostaria de saber se o executivo prevê adotar um modelo de numeração de parcelas, à semelhança do que foi implementado no concelho de Loulé, nas zonas mais interiores e afastadas do centro urbano de forma facilitar e evitar constrangimentos relativos à localização de moradas?

2) Aproveitando a questão anterior, **gostaria entender o modelo de nomenclatura de troços inerentes no concelho**, isto é;

Se segue alguma lógica, uma vez que os troços viários por norma são aglomerados, por exemplo:

- ruas com nomes de árvores na zona do Cerro Grande, espécies de pássaros na zona da Bela Vista, nomes de escritores na zona do Montechoro etc..

Por outro lado, existem muitos troços excessivamente extensos e confusos no concelho, como por exemplo, o Caminho Poço dos Cadoiços nas Cortelhas e Vale Verde, freguesia da Guia ou então a inexistência de nomenclaturas como vários troços na freguesia de Paderne.

- Pergunto então caso não haja um modelo a seguir, se faria sentido por exemplo adotar um modelo que homenageasse o concelho sendo a Capital do Turismo, Albufeira como cidade globalizada e a nossa história como país de descobertas?

Reformulo:

Atribuir toponímias mundiais em conformidade com a localização geográfica do concelho:

- Oeste do Concelho (freguesia da Guia) fossem referentes ao continente Americano; p.e. (Rua do Brasil, Rua de Bogotá, Rua da Terra Nova, Rua Washington);
- Norte (Paderne) referentes ao continente Europeu;
- Sul (Albufeira) referentes ao continente Africano;
- Centro (Ferreiras) referentes ao continente Asiático;
- Este (Olhos de Água) referentes à Oceânia.

Muito Obrigado,

Votos de um Feliz Ano Novo.

**Isabel Maria Piedade Alves Catatão**

De: américo nicolau <americonicolau54@gmail.com>
Enviado: Wednesday, December 29, 2021 1:51 PM
Para: Assembleia Municipal de Albufeira
Assunto: Questão Assembleia (Derrama) 29/12 Américo Nicolau

Boa noite Sr. Presidente

Boa noite Sr. Presidente da mesa, boa noite aos restantes membros da Assembleia Municipal.

Pelo estado atual da pandemia, decidi não estar presente, no entanto não quero deixar de acompanhar com interesse esta seção.

Quero aproveitar esta oportunidade, para deixar claro e dizer ao Sr. Presidente e aos senhores deputados, que qualquer questão que coloque será sempre no sentido construtivo e não depreciativo, pois nunca utilizarei as redes sociais para fazer qualquer crítica, mas sempre neste local.

Hoje sinto-me satisfeito pela decisão tomada pelo executivo em recuar em relação ao percentual da derrama. Gostava de deixar só esta pergunta ao Sr. Presidente se esta decisão é definitiva ou voltará mais tarde a ser discutida?

Quero alertar para as dificuldades que as micro pequenas e médias empresas têm para sobreviver.

Se estivesse presente iria preparado para discutir este assunto com números, ficará para outra oportunidade.

aprovcito para desejar a todos (BOAS ENTRADAS NO NOVO ANO)

Américo Nicolau.

**Luisa Isabel Fernandes Alambre**

De: ricardoneves2810 <ricardoneves2810@gmail.com>
Enviado: 27 de dezembro de 2021 17:05
Para: Assembleia Municipal de Albufeira
Assunto: Pedido de intervencao/esclarecimento
Anexos: 20211227_163105.jpg; 20211227_163058.jpg; 20211227_163045.jpg; 20211227_163041.jpg

Sinal. de seguimento: Dar seguimento
Estado do sinalizador: Sinalizado

Exmo.
Senhores

Gostaria de ver esclarecido como se licencia um predio com lojas, servicos e apartamentos e apos a construcao fo mesmo se faz um protocolo com o condominio do lado para impossibilitar os arrendatarios e proprietarios nao terem acesso ao mesmo como acontece com o edificio Isermar na av. Francisco sa Carneiro Norte, que tem o acesso fechado pela disposicao desta cancela.

Conforme anexo fotos do local.

Aguardo o vosso feed back.

Nao vale apenas responder que vem ao local conforme disse em Setembro passado atraves da sua secretaria. aguardo por escrito para depois tomar as medidas necessarias.

Cumprimentos
Ricardo Neves

Enviado do meu Galaxy





**Isabel Maria Piedade Alves Catatão**

De: Joao Marreiros <jmarreiros932@gmail.com>
Enviado: Sunday, December 19, 2021 6:44 PM
Para: Assembleia Municipal de Albufeira; Vereadora Cláudia Guedelha; presidencia; igfinancas@igf.gov.pt
Assunto: Re: Moradia sem qualquer tipo de licença e com contador de Água

Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira

Agradeço a vossa recepção de mail e leitura do mesmo na assembleia municipal de 15/12/2021 e assisti através do Youtube, no canal da assembleia municipal.

Gostaria que este email, enviado agora, fosse também lido, para termos noção do que se está a tratar.

Acho que estamos numa decisão política de empurrar com a barriga para a frente, então vejamos:

1- A senhora vereadora Cláudia Guedelha, diz que não tirou o contador, "porque existem medidas excepcionais e temporárias pelo governo que em pandemia não se deve tirar contadores até ao final do ano", ou seja, gostaria que a senhora vereadora apresente-se na assembleia a todos os membros onde é que isso está escrito e que me enviasse por mail e que a partir de 1/1/2021, retire-se o contador e repose-se a legalidade. Ou seja, continuamos a cometer uma ilegalidade em nome da pandemia, ou seja, a pandemia é desculpa para tudo.

2- Disse a senhora vereadora Cláudia Guedelha, que têm estado a trabalhar este assunto com o Arq. Eduardo, como disse e bem o Arq. Eduardo, na assembleia municipal de 15/12/2021, foi apresentada uma última comunicação prévia no processo 27CP/2011, que foi rejeitada em reunião de Câmara de 21/7/2021, tendo a câmara municipal dado um prazo de 60 dias para o requerente se pronunciar, ou seja, até à presente data o requerente não deu qualquer tipo de resposta, então, esta comunicação prévia está indeferida, confirma-se aquilo que afirmei no mail de 28/7/2021, que a casa não têm qualquer tipo de licença válida. E o requerente não deu qualquer tipo de resposta, ou seja, está ilegal e não faz nada para resolver o assunto e Câmara tendo conhecimento disto fica a "olhar", sem nada fazer.

3- O último projecto aprovado e licenciado para a referida casa no lote 22, da Urbanização Vila Rosal, freguesia de Albufeira e Olhos de Água, concelho de Albufeira, não têm nada a haver com o que está executado, ou seja, existem obras ilegais que não se encontram, licenciadas, pela digna Câmara municipal, sem que para isso exista qualquer processo de contra-ordenação para a reposição da legalidade.

4- Perante tanta ilegalidade, sem que se faça nada, e que se usa o sistema do empurrar com barriga para a frente, fico a aguardar uma resposta eficaz e determinada da Câmara Municipal.

Cumprimentos
Joao Marreiros

Assembleia Municipal de Albufeira <assembleia.municipal@cm-albufeira.pt> escreveu no dia segunda, 29/11/2021 à(s) 11:33:

Exmo Senhor João Marreiros,

Agradecemos o seu email, o qual mereceu a nossa melhor atenção.

Informamos que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal irá ler o seu email na próxima sessão da Assembleia Municipal, a qual poderá assistir através do Youtube, no canal da Assembleia Municipal de Albufeira.

Atenciosamente

**Isabel Maria Piedade Alves Catatão**

De: Rosemari Giubilato <rosegiubi@gmail.com>
Enviado em: Wednesday, December 29, 2021 2:13 PM
Para: Assembleia Municipal de Albufeira
Assunto: Questões a serem apresentadas na Assembleia de hoje

Exmos. Senhores,

Venho por este meio solicitar alguns esclarecimentos sobre como são tratados os animais que morrem no Concelho de Albufeira.

No dia 21 de Dezembro o nosso cão, um rafeiro alentejano, faleceu, contatei os serviços do canil municipal para saber quais os procedimentos a seguir, foi-me então explicado que deveria pagar uma taxa de recolha e destruição de cadáver, o que fiz prontamente, por ser um cão de grande porte o meu marido foi levá-lo a Luságua, como também havia sido informada pelos serviços do canil. Liguei a Luságua informando que o meu marido iria levar o animal e também informei o tamanho do mesmo.

Ao chegar lá mandaram o meu marido levar o animal para o canil, pois não o iriam receber, chegando ao canil a Dra. Veterinária disse ao meu marido que deixasse o cão no corredor junto aos cães que se encontravam nas jaulas (vivos), graças ao bom discernimento da D. Isabel Machadinho tal não aconteceu pois ela disponibilizou-se a acompanhar o meu marido até a Luságua para que o animal fosse entregue.

Na Luságua o meu marido constatou que os cães são depositados em uma arca frigorífica tipo caseira e onde devido ao tamanho o nosso cão mal cabia lá.

Pergunto agora:

- Que tipo de Dra. que se diz Veterinária é essa que nem se dá ao trabalho de verificar o estado em que se encontra o animal, se foi maltratado, atropelado ou qualquer outro motivo e ainda pior mandar depositar o animal morto num corredor junto dos animais vivos?

- Por que uma empresa que está responsável pela receção de animais mortos tem apenas uma arca frigorífica, volto a frisar, tipo caseira dentro de uma oficina sem as mínimas condições nem dignidade?

Mais informo que ninguém em momento algum nos pediu que provássemos que o animal era realmente nosso, ou do que tinha morrido, permitindo assim que qualquer pessoa que mate um animal o entregue sem nenhum problema nos serviços municipais. Onde está a lei de proteção animal?

Espero que após a minha exposição a Câmara tome providências junto a entidade Luságua que provavelmente deve receber algum apoio financeiro do Município e também junto a Dra. que se diz Veterinária uma atuação mais adequada ao posto que ocupa.

No aguardo de vossa pronta resposta,

Com os melhores cumprimentos,

Rosemari Giubilato

**Isabel Maria Piedade Alves Catatão**

De: Ruben Nicolau <rubennicolau@gmail.com>
Enviado em: Wednesday, December 29, 2021 2:56 PM
Para: Assembleia Municipal de Albufeira
Assunto: Questão Assembleia 29/12/21 (Habitação e fixação de jovens) Ruben Nicolau

Boa noite Sr. Presidente
Boa noite Sr. Presidente da Assembleia e restante mesa
Boa noite Srs. Vereadores e deputados e a todos os presentes nesta Assembleia.

Desde agradecia que este e-mail seja lido na sua íntegra na Assembleia de hoje dia 29/12/2021.
Infelizmente devido à atual situação pandémica não me é permitido estar presente, mas não quero que tal seja um impedimento para poder contribuir com uma intervenção que seja construtiva tendo sempre na ideia uma Albufeira digna, dinâmica, tecnológica e cheia de oportunidades para todos os Municípios em especial os mais Jovens que são e serão sempre o nosso futuro.

E são os mais jovens que me levam hoje a intervir nesta mesma Assembleia.

Hoje quando olhamos para Albufeira um dos problemas que é transversal a todas as áreas neste concelho é a evidente falta de mão de obra que se vem agravando ano após ano. Raro é o setor que não se queixa da dificuldade em contratar, dificuldade essa também sentida e reiterada várias vezes nesta Assembleia pelo Sr. Presidente da Câmara. No entanto foi mencionado nesta mesma sala, no passado dia 15 de Dezembro, que segundo os resultados provisórios do CENSOS 2021, resultados esses disponibilizados na plataforma do INE, que o concelho de Albufeira tinha sido um dos poucos concelhos a nível nacional cuja sua população tinha crescido, crescimento esse que se traduz em um valor de 8.2%.

Havendo um crescimento populacional de 8.2%, como se justifica então tanta dificuldade em contratar? Valores assim falados ficam de facto muito bonitos em recortes de jornais, entrevistas ou propagandas políticas. No entanto, quando começamos a ver com cuidado esses valores talvez o retrato que se desenha não é tão bonito como se fazia parecer.

De facto a população no concelho cresceu 8.2%, mas quem são de facto estas pessoas?

Quando começamos a analisar os valores disponibilizados pelo INE reparamos que não foi a população jovem que cresceu, muito pelo contrário. Quando verificamos vemos que houve uma diminuição na faixa etária dos 0-14 anos (menos 6.1% face a 2011) e que o aumento na faixa etária dos 15-24 anos é pouco expressiva (mais 1.1% face a 2011).

Os aumentos de população verificam-se na faixa etária dos 25-64 anos (mais 4.9% face a 2011) e na população com mais de 65 anos (mais 45,6% face a 2011). Como podemos constatar o maior aumento dá-se na faixa etária mais elevada levando a concluir que este aumento de população referido no concelho não se traduz num aumento significativo de jovens em idade ativa que se queiram fixar e trabalhar em Albufeira, porque mesmo quando olhamos para a faixa dos 25-64 anos é necessário ter algum cuidado a analisar o valor do aumento de 4.9% uma vez que estamos a falar de um intervalo de idade muito grande, seria necessário perceber quantas destas pessoas estariam na faixa etária entre os 25-40 anos por exemplo.

Os números na escolaridade não são também os melhores havendo uma clara diminuição do número de alunos no primeiro, segundo e terceiro ciclos de escolaridade, o que a médio-longo prazo pode ser um indicador do envelhecimento da população.

Mas sendo assim porque não se fixam os nossos jovens no concelho?

Muitos são fatores que podem ser apontados, mas um dos mais evidentes é a falta de habitação. A habitação existente em Albufeira é claramente insuficiente e a pouca que existe é claramente dispendiosa quando falamos em comprar, juntando-se a isto a baixa construção habitacional no concelho na última década que atingiu mínimos históricos segundo dados do CENSOS. No mercado de arrendamento a situação não é melhor pelo que muitos dos arrendamentos são dispendiosos, ou para férias ou apenas alugam até ao mês de Abril/Maio.

A falta de oportunidades nas mais diversas áreas profissionais, a falta de transporte, falta de eventos culturais, serviços públicos degradados. Inúmeros os problemas de base.

Lanço assim um desafio para que o Sr. Presidente, os partidos e movimentos independentes nesta Assembleia, esclareçam quando pretendem resolver estes problemas e acima de tudo que expliquem como o irão fazer, pois os



jovens Albufeirenses merecem uma resposta rápida e célere e que se traduza em atos e não apenas em palavras ditas ou escritas.

Votos de um próspero Ano de 2022 a todos
Com os melhores cumprimentos

Ruben Nicolau



PARTIDO SOCIALISTA (A)

Eligível para representante de Ass.
Municipal na Associação Municípios
do Algarve - OPAAL.

Lista:

- Francisco Oliveira
- Leonardo Paço
- Carla Vieira
- Domingos Coelho
- Carla Padua (suplente)



(3)

A Bancada do PSD/CDS apresenta a seguinte lista para a reposição do ponto sus da AM de 15.11.23.

- Carlos Quintinho
- Carlos Vieira
- Helena Simões
- Luis Afonso
- Adriano Ferraz
- Carlos Mendes | Suplentes

Albufeira, 29 de Dezembro de 2023



Ponto Quatro:

Declaração de Voto

Do documento que nos foi dado a conhecer que contemplam as actividades que o executivo prevê dar continuidade ou dar início para os anos 2022-2026, verificamos que todas as acções assentam em pressupostos pouco sustentáveis financeiramente, uma vez que não estão de forma nenhuma assegurados os fundos necessários para levar a cabo as ditas actividades, optando-se pelo recurso a empréstimos, designadamente no que concerne, á construção do Lar das Fontainhas; Centro de Cuidados Continuados da Guia, requalificação da Rua António Aleixo, o que demonstra claramente a fragilidade da saúde financeira do município e leva naturalmente a que haja endividamento para os próximos anos.

Facto que não podemos compactuar, pois é evidente que ao longo dos últimos 5 anos, temos assistido a uma diminuição real e efectiva dos recursos financeiros disponíveis para investimentos em infra estruturas essenciais ao bem-estar e desenvolvimento do concelho, o que nos preocupa.

Na verdade, apesar de serem prometidos diversos investimentos, como por exemplo a construção de um novo Centro de Saúde, questionamos onde vão buscar o dinheiro para a concretização desta obra, ***uma vez que não vislumbramos no PPI o recurso a nenhuma outra fonte de financiamento a não ser receitas próprias, bem como o aproveitamento dos fundos comunitários no âmbito do Portugal 2030 e do PRR.***

As Deputadas da Assembleia Municipal- CGE- Albufeira Prometida

Mónica Coimbra

Carla Vieira



Partido Socialista

DECLARAÇÃO DE VOTO

Relativamente aos Pontos 4 e 5 da Ordem do Dia da Assembleia de 29 de Dezembro de 2021, Grandes Opções do Plano 2022-2026, e Orçamento e Plano Plurianual 2022-26 incluindo Mapa de Pessoal, o Partido Socialista apresenta a seguinte declaração de voto.

Considerando:

- 1) Que o executivo camarário apesar de conhecedor do facto de não ter a maioria nesta Assembleia, não foi capaz de assumir uma postura de diálogo e concertação atempada com as outras forças políticas. Todavia, o Partido Socialista fica na expectativa que a atuação do executivo se altere num futuro próximo e seja capaz de dialogar nas questões fundamentais para o concelho;
- 2) Que o executivo, que até há pouco tempo se afirmava como “um referencial de estabilidade e credibilidade financeira”, de forma inesperada e surpreendente avançou com uma versão de Orçamento onde se previa um aumento de impostos e que em bom momento soube retirar essa proposta;
- 3) Que não são visíveis opções de corte de despesa corrente em áreas não tão essenciais, no sentido de obter poupança em tempos de retração económica e de crise pandémica;
- 4) Que o Orçamento apresenta uma distribuição de verbas pelas diferentes rubricas de forma pouco clara e transparente, designadamente através da rubrica de “Outros” que regista 12 milhões de Euros o equivalente a 15% do total da despesa. Por outro lado, o Orçamento apresenta uma suborçamentação, entre outras situações, no registo de uma verba de 2,1 milhões na aquisição de água, para um valor de 9,7 milhões na venda, remetendo uma verba de 3 milhões para o orçamento não definido, baixando assim a despesa em igual valor. Constatase ainda uma falta de rigor, designadamente na significativa diferença entre a previsão de transição de saldo prevista de 39



milhões de euros segundo a informação escrita do Sr. Presidente na última reunião de 15/12 e os 34 milhões registados no Orçamento agora em apreço;

- 5) Que o investimento previsto para 2022 em Habitação Social limita-se à conclusão dos fogos em Paderne com uma verba de apenas 500 mil euros, face à grave carência de habitação, e que o novo Centro de Saúde fica pelas intenções e ainda sem projeto;
- 6) Reconhecendo, no entanto, que o Orçamento é um instrumento de prossecução de investimentos e de concretização de apoios sociais, especialmente importantes em tempos de crise sanitária com reflexo no dia a dia dos municípios, de instituições e empresas;

Assim, e pelos considerandos acima enunciados, o Partido Socialista vota no sentido da abstenção nos pontos 4 e 5 da Ordem do Dia.

Pela bancada do Partido Socialista

Domingos Coelho

**Ponto Cinco:****Declaração de Voto**

Da análise ao documento a que denominaram de orçamento constatamos que o total se cifra em cerca de € 84 000,000,00, do qual cerca de € 55 000,000,00 já estão alocados a despesas fixas, o que significa que não se prevê a existência de fundos disponíveis suficientes para investir em infra estruturas de carácter essencial e básico para o desenvolvimento do nosso concelho.

Verificamos por outro lado que o corte nas despesas correntes é quase nulo, pelo que o executivo optou por reduzir despesas de capital e o corte no investimento, uma vez que, nos encontramos vinculados a uma evidente sobrecarga de contratos de prestações de serviços de entidades externas, sendo que muitos destes serviços poderiam ser feitos pelos próprios funcionários que têm capacidade, vontade e competência para os fazer mas que o executivo prefere adjudicar a empresas.

Do mesmo modo o executivo continua a retirar verbas a rubricas da despesa como a *Água e Transportes*, contribuindo para **um agravamento da suborçamentação em rubricas que já estavam suborçamentadas**.

Verifica-se que, apesar dos alertas feitos pela AP para a falta de aproveitamento dos fundos comunitários no âmbito do Portugal 2030 e do PRR, não se verifica qualquer indicação no sentido de o Município de Albufeira aproveitar estes incentivos nem de organizar uma espécie de task force para aproveitamento do mesmo.

É evidente no Orçamento que nos é apresentado pelo executivo, que o desperdiçar a **oportunidade única, de recurso a financiamento a fundo perdido e a continuar a financiar o investimento da Câmara através de receitas próprias e empréstimos bancários que oneram os munícipes com mais impostos e taxas, num concelho onde o desemprego e a falta de investimento é um problema atual e grave.**

Por outro lado, existem um grande número de projectos com valor entre os 2€ e os 100€ que apenas estão inscritos no orçamento para evitar uma revisão orçamental, demonstrando mais uma vez, a falta de planeamento e de decisão acerca dos investimentos a realizar.

Chama-se à atenção para o acréscimo contínuo e persistente ao longo dos últimos anos dos valores previstos para despesas com Pessoal e Aquisição de Serviços.

Por isso, levou-nos a reflectir sobre o assunto e a questionar a razão de ser de, se temos mais recursos humanos não se compreende que se continue a contratar empresas para serviços tão básicos como a limpeza de instalações ou como a vigilância, consultoria jurídica e fiscalização. Isto é um claro desaproveitamento dos excelentes recursos humanos existentes.

Só podemos concluir que a falta liderança, organização e falta de visão por parte de um executivo do PSD que lidera os destinos do nosso município há mais de 20 anos e que já não pode ter desculpas de que desconhece os problemas e as necessidades do Concelho.

Pelos motivos expostos, votamos contra.

As Deputadas da Assembleia Municipal - CGE- Albufeira Prometida

Mónica Coimbra e Carla Vieira